

TERMO DE REFERÊNCIA 2014.0203.00017-4
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA PARA A
ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MARACÁ-JIPIÓCA,
ESTADO DO AMAPÁ

Janeiro / 2014

1. CONTEXTO

A Amazônia é um dos fenômenos biologicamente mais diversos da natureza, que há muito tempo vem sendo tratada como um vínculo sagrado entre homem e natureza. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro (4,1 milhões de km²) e é cortada por mais de mil rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta.

A vegetação ali presente converte continuamente dióxido de carbono em oxigênio e é alvo primordial para manutenção do clima na terra. Esse imenso patrimônio possui um programa de monitoramento compatível com os desafios de conservação e as necessidades de desenvolvimento dessa gigantesca região.

O governo federal, juntamente com doadores e organizações da sociedade civil, criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), por meio do Decreto Nº 4.326, de 08/08/2002. O ARPA tem a ambiciosa meta de proteger 500 mil km² do bioma Amazônia, uma área equivalente ao território da Espanha ou a duas vezes o estado de São Paulo. A iniciativa visa fortalecer e ampliar a infraestrutura de unidades de conservação (UC), permitindo seu pleno funcionamento e o cumprimento de sua missão de conservação da biodiversidade. O governo federal implementa o Programa ARPA por meio de uma parceria técnico-financeira entre os governos estaduais e municipais, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial, o WWF-Brasil e o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW, sigla em alemão). A Estação Ecológica de Maracá-Jipióca (EEMJ), foi incluída no Programa ARPA a partir de 2012, já na sua segunda fase de execução.

Com o Programa ARPA, o governo federal pretende consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Nº 9.985, de 18/07/2000, e tem a meta de proteger 50 milhões de ha de florestas na Amazônia, por meio da consolidação de UC já existentes e da criação e consolidação de novas.

Criada em 02/06/1981, a EEMJ, abrange as ilhas de Maracá do Norte, Maracá do Sul e Jipióca. No início da sua existência, a UC teve seu primeiro instrumento de planejamento, traduzido em um plano de manejo (PM) bem simples, com concepção da então Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), organização federal que administrava as EE federais. No ano de 2005, já integrada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que passou a ser o gestor para todas as UC federais, a EEMJ teve iniciados os trabalhos para o que seria a revisão do seu PM. Com pouquíssimos recursos, a equipe responsável pelo PM, todos do então IBAMA, decidiram fazer o trabalho com as informações disponíveis.

Neste contexto, ocorreram quatro reuniões abertas (RA), para ouvir os grupos sociais mais diretamente envolvidos com a UC, de acordo com a realidade da época. As RA ocorreram junto às populações do Projeto de Assentamento Cruzeiro (em 08/09/2005); do Projeto de Assentamento Piquiá (em 09/09/2005); do Projeto de Assentamento Sucurijú (em 11/09/2005) e da cidade de Amapá (em 17/09/2005). Outros locais estavam programados, mas os rumos do trabalho mudaram. Estavam programadas RA nas seguintes cidades e comunidades: i) Macapá e Santana; ii) Bailique; iii) Vigia; iv) Calafate e Lago do Juncal juntas. Inicialmente selecionados, os municípios de Calçoene e Oiapoque foram cortadas, por falta de recursos.

O reconhecimento de campo ocorreu em paralelo à realização das RA. Todo o entorno das ilhas foi percorrido. Em alguns pontos ocorreram caminhadas, alguns pontos foram georreferenciados, foi feito e registrado o avistamento de fauna silvestre e exótica, além de feita a seleção e a

identificação dos pontos onde seria feita a amostragem de campo. Foi feito, junto com todos os funcionários da época, um mapa de identificação de pontos fortes, fracos e ameaças, incluindo a participação integral do ornitologista que trabalhou na UC na época, vinculado ao Instituto Conservação do Brasil (CI), Bruno Xavier, o qual participaria de todo o PM.

Os trabalhos pararam em 2006, pois a chefia da UC e o restante da equipe do PM entenderam que precisava melhorar a estruturação da UC e seriam necessários mais recursos para a contratação de algumas pesquisas. À época a diretoria de vinculação das UC designou, inclusive, recursos oriundos de compensação ambiental para tudo isso. Depois disso, o ICMBio foi criado, passando a ser o gestor das UC federais.

Com a integração ao grupo de UC apoiadas pelo Programa ARAP, a EEMJ passou a disponibilizar de recursos necessários para a elaboração do seu PM, reestabelecendo-se o contato para novas tentativas entre a UC e a Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN).

2. OBJETIVO

O presente termo de referência (TdR) objetiva a contratação de consultoria técnica, pessoa jurídica, para elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica Maracá-Jipioca.

A empresa contratada, doravante denominada Contratada, deverá, por sua vez, contratar todos os especialistas (consultores) para o desenvolvimento de atividades previstas no presente TdR. Os consultores contratados trabalharão sob a coordenação e a supervisão direta da Contratada, única responsável legal pelo contrato.

3. JUSTIFICATIVA E ETAPAS DO PLANO DE MANEJO

O PM é o instrumento de planejamento e gerenciamento da UC. Ele integra estudos e análises de dados sobre os fatores bióticos, abióticos e antrópicos existentes em uma UC e em seu entorno, além de prever ações de manejo a serem implementadas, conforme estabelece a Lei Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de UC da Natureza (SNUC), também conhecida como Lei do SNUC.

Além da UC, o seu entorno deverá ser estudado, compreendendo toda a área do município de cidade de Amapá. As áreas da UC e do município de Amapá (entorno) compreendem, juntas, a chamada área de estudo, como está indicada adiante. O seu estudo faz-se necessário para subsidiar a definição da zona de amortecimento (ZA) da UC, como demandado pela Lei do SNUC.

A elaboração de um PM, conforme indicado pela metodologia oficial, que consta do chamado Roteiro Metodológico (RM)¹ citado acima, geralmente compreende a realização de quatorze etapas de trabalho para sua conclusão. Em virtude das especificidades do caso da EEMJ, a elaboração do seu PM, contemplará as seguintes treze etapas, conforme retrata o presente TdR. São elas:

- a. Primeira Reunião Técnica: Atualização da Organização do Planejamento (OP).
- b. Coleta e Análise de Informações Básicas Disponíveis.
- c. Reconhecimento de Campo.
- d. Levantamentos de Campo.
- e. Reuniões Abertas (RA) – Primeira Consulta Popular Externa.
- f. Seminário com Pesquisadores (SP) – Segunda Consulta Popular Externa.
- g. Geração dos Encartes 1 (Contextualização da UC); 2 (Análise da Região da Unidade de Conservação) e 3 (Análise da Unidade de Conservação).
- h. Oficina de Planejamento Participativo (OPP) – Terceira Consulta Popular Externa.
- i. Segunda Reunião Técnica: Planejamento e Estruturação do Planejamento.
- j. Elaboração do Encarte 4 (Planejamento da Unidade de Conservação).

¹ Galante, Maria Luíza V. et al. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Brasília. 135p. Versão revisado de 2005.

- k. Terceira Reunião Técnica: Discussão e Revisão do Encarte 4 (Planejamento da UC).
- l. Versão Resumida do Plano de Manejo.

4. ESCOPO DAS ATIVIDADES

Todas as atividades e produtos previstos neste TdR serão realizados na UC supracitada e no seu entorno imediato, espaços denominados área de estudo, para efeitos do presente TdR, até que a Região e a ZA da EEMJ sejam definidas no Encarte 2. O entorno, para efeitos da contratação, será constituído por toda a área do município de Amapá, como já citado anteriormente.

Portanto, em termos geográficos, o trabalho deverá abranger toda a área de estudo, da qual será derivada a Região da UC definitiva e a sua ZA. A Região da UC, que inclui a sua ZA, será aprimorada ao longo dos trabalhos, conforme indicado pela metodologia do RM, com acompanhamento da equipe técnica do ICMBio, cujos resultados finais constarão do Encarte 2.

Na UC, na sua ZA e na sua Região, deverão ser realizados os estudos de campo complementares necessários à caracterização da área quanto aos fatores abióticos, bióticos e antrópicos, visando o conhecimento de sua dinâmica atual e tendências. Todo o conhecimento levantado deverá ser utilizado com vistas ao estabelecimento de estratégias de manejo para a área.

4.1. Áreas Temáticas dos Levantamentos de Campo

Os levantamentos de campo, na EEMJ e no seu entorno, abrangerão estudos específicos de apenas três áreas temáticas, além de terem que contar com o acompanhamento integral da coordenação técnica, como listadas abaixo:

- a. Geomorfologia costeira.
- b. Socioeconomia e áreas correlatas.
- c. Aspectos da visitação.

As demais áreas temáticas contarão somente com dados já existentes e trabalho de consolidação em escritório, de responsabilidade da coordenação técnica e não terão trabalho de campo. As áreas temáticas, objeto de remuneração, estão explicitadas no item 5.

4.2. Período das Atividades e Permanência no Campo

Todos os levantamentos de campo ocorrerão em uma única expedição à UC (e seu entorno), com duração de quinze dias, estando incluídos neste prazo dois dias de deslocamento, um para chegada e um para saída da UC.

Os levantamentos não poderão, portanto, contemplar a sazonalidade dos processos ambientais, e ocorrerão imediatamente após a assinatura do contrato, ou seja, após a conclusão das negociações para o início dos trabalhos. As datas serão definidas em conjunto com a chefia da UC, nos dias de melhor deslocamento na região, especialmente em função das diferenças de maré.

No reconhecimento e nos levantamentos de campo, será exigido que o Coordenador Técnico contratado esteja presente em tempo integral. Da mesma maneira, será exigido que a equipe técnica contratada também participe de todos os levantamentos de campo, junto com o Coordenador Técnico contratado, ao mesmo tempo, tempo integral, para o levantamento de todos os dados e informações. A razão é para que se conheça, de forma integrada e otimizada, a situação dos ambientes naturais da UC e para permitir comparação nos resultados entre si, bem como para diminuir custos para o ICMBio e para a Contratada.

Entretanto, a presente contratação não se trata de uma AER e tal metodologia não será adotada nos levantamentos de campo, mas será exigido que todos os contratados estejam presentes e participem dos trabalhos de campo ao mesmo tempo, trabalhando nos mesmos pontos de amostragem, resguardada a especificidade da socioeconomia e temas correlatos.

Também nos trabalhos de campo e em qualquer uma das etapas dos trabalhos, não será aceita a substituição de consultores contratados por orientandos, assistentes, estagiários, alunos e outros subordinados.

4.3. Atividades

A elaboração do PM deverá ser realizada de acordo com a metodologia oficial, a qual consta no roteiro já mencionado. De acordo com a metodologia indicada, espera-se que os resultados obtidos possam, a partir dos dados existentes:

- a. Identificar e caracterizar as comunidades vegetais, ou seja, os tipos de cobertura vegetal existentes na UC.
- b. Determinar ambientes virgens e únicos, os quais sejam prioritários para a conservação e recomendação de estratégias para a sua proteção.
- c. Identificar áreas de importância ecológica especial e/ou prioritária e que mereçam estudos mais aprofundados.
- d. Identificar e apontar sítios que requeiram manejo especial para a proteção de seu valor único ou especial.
- e. Identificar e documentar ameaças atuais (em curso) e potenciais que pairam sobre os recursos naturais, especialmente de áreas com maior relevância ambiental e apontando as espécies da fauna e da flora em risco.
- f. Definir informações biológicas e ecológicas básicas que subsidiem as ações de manejo, em especial atividades de monitoramento, de curto, médio e longo prazos, relativas às ações antrópicas.
- g. Fornecer dados sobre inventários e levantamentos biológicos e ecológicos (este último, quando possível) e avaliar a qualidade dos habitats das áreas ambientais prioritárias, retratando os principais atributos da biodiversidade, bem como áreas frágeis (suscetíveis) naturalmente.
- h. Fornecer dados sobre os levantamentos de socioeconomia e áreas correlatas, com identificação dos processos e grupos sociais envolvidos com a UC e tipos de troca que fazem ou podem fazer entre si e com a UC, sejam positivas ou negativas, mostrando como a veem e o que esperam dela.
- i. Fornecer os dados sobre os levantamentos dos aspectos da visitação com finalidade educacional, identificando e caracterizando as potencialidades e os atrativos existentes na UC e no seu entorno, bem como apontando soluções para a visitação e atividades a serem desenvolvidas pelos visitantes.
- j. Retratar os resultados obtidos em mapas digitais.
- k. Localizar espacialmente as análises dos dados coletados em campo pela equipe e georreferenciar os diferentes dados temáticos nos mapas digitais temáticos e outras formas de ilustração.
- l. Subsidiar a elaboração dos mapas específicos a serem produzidos no escopo do PM.
- m. Participar do seminário com pesquisadores, tempo integral, apresentando os resultados obtidos, aportando sugestões de ações de manejo e para o zoneamento da UC e da sua ZA.

4.4. Reuniões Técnicas

As reuniões técnicas serão realizadas na forma de três encontros, eminentemente, técnicos com os participantes dos trabalhos, para discussão, detalhamento e definição de papéis, prazos, necessidades e providências de cada parte, inclusive de construção conjunta do que couber.

4.4.1. Primeira Reunião Técnica: Detalhamento da Organização do Planejamento

É chamada organização do planejamento (OP) que, no presente caso, terá uma primeira versão elaborada pelo ICMBio. Portanto, terá que passar por ajustes e atualizações no que se fizer necessário, junto com a Contratada. A etapa ocorre no início dos trabalhos, antecedendo as saídas de campo. Participam da OP a Coordenação Técnica dos trabalhos pela COMAN (responsáveis pela elaboração dos trabalhos), a Coordenação Técnica contratada e a Chefia da UC com sua equipe, sendo que ocorrerá na Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, na sua sede, com duração de dois dias, antecedendo a saída para o reconhecimento de campo. A Contratada, por meio da sua Coordenação, terá que levar uma versão própria, preliminar, atualizada a partir

da versão elaborada pelo ICMBio, para subsidiar a reunião, para discussão conjunta (plano de trabalho, metodologias, cronograma etc.).

4.4.2. Segunda Reunião Técnica: Planejamento e Estruturação do Planejamento

A segunda reunião técnica refere-se à etapa denominada Planejamento e Estruturação do Planejamento e também ocorrerá na sede da UC, dando início aos trabalhos do planejamento (prognóstico). Participam da reunião a Coordenação Técnica pela COMAN (responsáveis pela elaboração dos trabalhos), a Coordenação Técnica contratada, a Chefia da UC com sua equipe. A reunião será feita para a discussão e o refinamento da ZA preliminar; definição dos objetivos específicos de manejo; elaboração da matriz estratégica de planejamento e a primeira discussão do zoneamento da UC. A reunião será moderada pela Coordenação da DIMAN e terá a duração de quinze dias, incluído aí o período de deslocamento (um dia para a chegada na UC e um dia para o retorno à origem). A Contratada terá que levar para a reunião suas propostas preliminares de cada tema que será objeto de discussão conjunta.

4.4.3. Terceira Reunião Técnica: Planejamento da UC

Trata-se da discussão e revisão do Encarte 4 (Planejamento da UC – Versão 1). Participam da reunião a Coordenação Técnica dos trabalhos pela COMAN (responsáveis pela elaboração dos trabalhos), a Coordenação Técnica contratada, a Chefia da UC com sua equipe. Ocorrerá na sede da ESEC de Maracá-Jipioca. A contratada terá que apresentar a sua primeira versão deste Encarte (capítulo), para discussão, ajustes e aprimoramento com o ICMBio. Nesta oportunidade serão finalizados os itens sobre os limites da ZA; os objetivos específicos de manejo e o zoneamento da UC.

As datas de todas as reuniões serão confirmadas entre o ICMBio e a Contratada, pois dependerão do andamento dos trabalhos que antecedem as reuniões, sendo que estarão previstas na OP e acordadas entre ambas as partes (ICMBio e Contratada).

5. QUALIFICAÇÃO, PONTUAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

Para o cumprimento das diversas etapas desse serviço, a Contratada - pessoa jurídica – deverá dispor de conhecimentos acadêmicos e práticos para o levantamento de dados das áreas temáticas previstas no presente TdR.

5.1. Qualificação Geral da Empresa e Equipe

A Contratada (pessoa jurídica) selecionada para executar os trabalhos definidos no presente TdR deverá dispor ou contratar um corpo técnico que tenha, no mínimo, nível superior (graduação plena), com qualificação para fazer os levantamentos de dados biológicos e socioeconômicos das áreas temáticas previstas no presente TdR, além de um profissional para exercer a função de coordenador técnico das atividades como um todo, sendo aceitável que a coordenação acumule uma das áreas temáticas aqui especificadas.

A Contratada selecionada para executar os trabalhos definidos no presente TdR deverá:

- Ter experiência em planejamento ambiental e/ou manejo de UC, especialmente na elaboração de PM, sendo, no mínimo, um PM para UC de proteção integral.
- Ter experiência em aspectos gerais de conservação do meio ambiente e de planejamento ambiental.
- Ter experiência em levantamentos ambientais e
- Dispor ou contratar um corpo técnico com titulação de graduação plena e experiência em projetos de conservação do meio ambiente, com ênfase em planejamento de UC e elaboração de, pelo menos, um PM para UC de proteção integral e mínimo dois anos de experiência profissional, conforme especificado a seguir (item 5.2).

5.2. Qualificação dos Especialistas a Serem Pontuados e Remunerados

A equipe de trabalho deverá contar com as seguintes características:

- Em relação à composição e à formação e à experiência da equipe:
 - Um profissional com formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia

ou afins), com experiência em coordenação técnica na elaboração de PM para UC de proteção integral, para coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, dados e todas as informações, bem como para escrever itens de temas variados e o PM como um todo.

- Um profissional com formação acadêmica plena na área das ciências sociais ou ambientais (sociologia, antropologia, geografia, agronomia, engenharia florestal, ecologia, biologia e afins) e que tenha tido treinamento e/ou experiência com ênfase nos aspectos socioambientais, para os levantamentos de socioeconomia e áreas correlatas, incluindo métodos de entrevistas e aplicação de questionários, bem como outros meios para obtenção rápida de dados e informações, diretos e indiretos; especialmente em trabalhos na área rural.
 - Um profissional com formação acadêmica plena e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em ecoturismo e/ou visitação em áreas naturais protegidas, para os levantamentos dos aspectos da visitação, incluindo prospecções de potencialidades e atrativos naturais e histórico-culturais, bem como o desenho e a formatação dos produtos (atividades e normas) para a visitação com finalidade educacional.
 - Um profissional com formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins), com conhecimento e experiência em geoprocessamento, sistema de informação geográfica (SIG) e cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos indicados para estas ferramentas, o qual poderá ser um dos profissionais anteriormente citados.
 - Um profissional com formação acadêmica plena na área das ciências físicas e ambientais (geologia, geomorfologia, engenharia ambiental, biologia, ecologia e afins), com conhecimento e experiência em geomorfologia marinho-costeira, para os levantamentos da caracterização e interpretação da história geológica-geomorfológica e da dinâmica marinho-costeira mais recente, especialmente da costa estado do Amapá, que inclui as ilhas da EEMJ.
 - Um profissional com formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins), com experiência em coordenação técnica na elaboração de PM para UC de proteção integral, para atuar como assistente da coordenação, para apoiar os trabalhos de campo e de escritório, bem como apoiar a sistematização dos resultados, dados e todas as informações, e a redação de itens de temas variados e o PM como um todo.
 - Um profissional com formação acadêmica plena e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase na moderação de OPP, para a elaboração da etapa de planejamento de PM, bem como elaborar o respectivo relatório com diagnóstico e interpretação dos resultados, além de aplicação de técnicas de motivação de grupo nos eventos, exclusivamente na metodologia SWOT² (ou FOFA, em português).
- Em relação ao coordenador técnico da equipe:
 - Ter experiência na coordenação e elaboração (redação) de, pelo menos, um PM para UC de proteção integral e em gestão e coordenação de projetos relacionados à conservação do meio ambiente.
 - Ter experiência na participação da elaboração de PM para UC.
 - Ter experiência em projetos com ênfase em UC, preferencialmente em planejamento e manejo de UC (elaboração de PM).
 - Ter amplo conhecimento de estratégias de conservação *in situ* dos recursos naturais no âmbito nacional.
 - Ter habilidade para entendimentos e acordos entre os diversos atores envolvidos no processo.

² SWOT, do inglês, significa Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Tendências, tendo sido traduzido para o português como FOFA (pontos fortes e oportunidades e pontos fracos e ameaças).

- Ter habilidade para resolução de conflitos e negociação.
- Ter habilidade para escrever bem documentos longos e relatórios, em diferentes áreas temáticas, especialmente um PM.
- Ter capacidade para se comunicar fluentemente e com convicção.
- Ter capacidade de liderar e coordenar uma equipe de técnicos.
- Ter habilidades em computação, com domínio de editores de texto, especialmente o Microsoft Word®, bem como outras ferramentas de editores de texto e comunicação em sistemas PC.

Todos os contratados, seja a Coordenação Técnica e todos os demais componentes da equipe, deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram alocados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas tarefas para assistentes, estagiários, subordinados, orientandos, alunos e similares.

A eventual substituição de algum contratado, por motivo de força maior, só poderá ocorrer mediante solicitação por escrito feita ao ICMBio, com a devida justificativa, o qual responderá com autorização também por escrito, dirigida à Contratada. A substituição deverá ocorrer por outro profissional que possua currículo equivalente.

Ao final das atividades deve ser feita a entrega final de materiais, a bibliografia levantada e/ou adquirida para os trabalhos contratados, bem como todos os outros materiais adquiridos e gerados durante a realização dos trabalhos e recebidos como empréstimos.

6. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA CONTRATADA

As atividades a seguir relacionadas serão desenvolvidas pela Contratada, em estreita colaboração com a Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio.

6.1. Levantamento Bibliográfico

A contratada terá que realizar o levantamento amplo dos dados bibliográficos e cartográficos existentes sobre a UC e seu entorno – área de estudo –, que sejam relevantes para o seu planejamento e manejo, antes dos levantamentos de campo.

Deverão ser incorporados à realização dos trabalhos: estudos, informações, dados, pesquisas, relatórios internos e outros meios já publicados e existentes sobre a área da UC e da sua Região – área de estudo – e outras formas de conhecimento geradas sobre ela. Portanto, é desejável e será aceito todo o material da literatura existente, independentemente do seu formato.

O levantamento bibliográfico será composto do levantamento feito, individualmente, pelos consultores de cada área temática contratada, identificada separadamente no documento final, e do que será feito pelo Coordenador Técnico e seu Assistente contratados para as outras áreas do PM.

O resultado desta busca deverá estar contido em um produto específico denominado levantamento bibliográfico, o qual será entregue ao ICMBio para análise e aprovação. Uma vez aprovado, constituirá um dos produtos a serem remunerados, como visto adiante. Não será aceito levantamento que se restrinja às ferramentas da internet. O levantamento bibliográfico será atualizado continuamente e à medida que cada consultor, o Coordenador Técnico e o seu Assistente desenvolvam seus trabalhos. Portanto, ao final do PM, as novas referências encontradas deverão constar das referências bibliográficas de cada produto – primeira versão e versão final.

Depois do PM concluído, os resultados da busca realizada e outros materiais de interesse do trabalho poderão constar como anexos e serão entregues quando da apresentação dos produtos, na sua versão final.

Terminados os trabalhos, os originais de mapas elaborados, as fotografias e seus arquivos em meio eletrônico, produzidos com recursos da contratação, deverão ser entregues também ao

ICMBio, junto com os produtos na versão final, atendendo à Instrução Normativa (IN) que regulamenta filmagens e fotografias em UC federais.

As fotografias entregues, além de constar autoria, data e legenda, terão que estar acompanhadas de autorização escrita dos autores para seu uso pelo ICMBio, sem ônus, conforme formulário a ser entregue por este último. Quando possível, as fotografias deverão conter as coordenadas georreferenciadas dos locais e eventos registrados nas imagens.

O ICMBio disponibilizará o material que tiver sobre a área de estudo, bem como indicará outras fontes que tiver conhecimento.

6.2. Consultas Externas

A metodologia oficial para elaboração do PM para a EEMJ prevê três eventos para a participação popular na construção do Plano, quais sejam: a) as reuniões abertas, com as populações em geral; b) um seminário com pesquisadores da UC e do seu entorno e, por fim, c) a oficina de planejamento participativo (OPP). Assim, a Contratada, por meio do seu Coordenador Técnico e do seu Assistente, terá que participar de todos os três eventos participativos, juntamente com o ICMBio.

6.2.1. Participação nas Consultas Externas

6.2.1.1. Reuniões Abertas

As reuniões abertas (RA) são uma forma de consulta popular ampla e irrestrita, onde procura ouvir a maior parte da população em geral, acerca das suas expectativas sobre a UC, como pode se envolver e colaborar, bem como para obter informações junto àqueles que tenham todo o tipo de conhecimento sobre a área da UC e seu entorno, rurais e urbanas.

A moderação das RA é feita pela Coordenação Técnica do PM pela COMAN, não cabendo ônus para a Contratada.

6.2.1.2. Seminário com Pesquisadores

O seminário com pesquisadores (SP) é uma forma de oitiva busca a participação exclusiva dos pesquisadores que participaram dos levantamentos do PM e outros que tenham conduzido estudos e pesquisas na UC ou que ainda o estejam fazendo.

A moderação do SP é feita pela Coordenação Técnica do PM pela COMAN, não cabendo ônus para a Contratada.

6.2.1.3. Oficina de Planejamento Participativo (OPP)

Com metodologia de planejamento estratégico, na plataforma SWOT, já citada, investigará as forças restritivas e as impulsionadoras que regerão o manejo e a gestão da UC. De metodologia mais específica e mais restritiva, a OPP trabalha com um grupo selecionado entre os participantes das duas consultas anteriores.

A OPP exige a contratação de moderador profissional, com experiência na metodologia SWOT (ou FOFA), cujo ônus é da Contratada.

A Contratada tem o papel de organizar, mobilizar e responder pela logística de todas as três formas de consulta externa, incluindo os custos de organização, realização e mobilização, bem como de participação, por meio do seu Coordenador Técnico, seu Assistente e dos seus consultores contratados e outros convidados, no caso do SP, onde é obrigatória a participação de todos.

6.2.2. Relatórios das Consultas Externas

Quanto aos relatórios, caberá ao Coordenador e ao seu Assistente contratados a elaboração do relatório das RA e do SP. Já a elaboração do relatório da OPP é obrigação contratual do moderador profissional a ser contratado para a condução desta consulta externa, cabendo ao

Coordenador Técnico contratado zelar pela sua qualidade, seu conteúdo e sua entrega, como previstos.

6.3. Relatórios Temáticos dos Levantamentos de Campo

Cada um dos profissionais contratados para o PM deverá entregar ao ICMBio, por meio do Coordenador Técnico contratado, dois relatórios com os resultados obtidos.

Em cada etapa dos trabalhos, todos os produtos serão entregues ao ICMBio em dois formatos, os quais são: a) um chamado primeira versão (exemplo: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Relatório de Socioeconomia e Áreas Correlatas. Primeira Versão) e b) um final (exemplo: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Encarte 3. Versão Final).

Todos os produtos, depois de avaliados, revisados e consolidados pelo Coordenador Técnico contratado, serão entregues ao ICMBio, também para análise e contribuições, bem como para aprovação. Se o nível de correções exigir a apresentação de mais versões, elas serão chamadas Versão 2, Versão 3 e sucessivamente, até a emissão e aprovação da Versão Final.

Todos os produtos, em qualquer versão, terão que ser produtos completos e bem acabados. Cite-se que o primeiro relatório recebe o nome de primeira versão porque indica a temporalidade e possibilidades de mudanças, de poder ser enriquecido a partir de contribuições, correções e outras formas para seu aprimoramento. Portanto, é um relatório que tem que refletir todo o estudo, não se tratando de um relatório inacabado, pois terá que conter todos os elementos (como formatação, resultados, discussão, conclusões e recomendações, por exemplo), para ser analisado e aprovado pelo ICMBio. Depois de aprovado, será complementado, se for o caso, revisado e editado pelo autor como relatório final, que o submeterá ao Coordenador Técnico da Contratada, para entrega posterior ao ICMBio, configurando o encerramento dos trabalhos contratados daquele especialista/consultor.

O modelo das capas (externas e internas), com os créditos institucionais e autorais, logomarcas de todos os envolvidos, entre outros temas pertinentes, de todos os produtos terão que seguir o modelo-padrão do ICMBio, o qual será entregue para uso pela Contratada, em cada momento.

6.4. Atividades do Coordenador Técnico Contratado

As atividades a seguir relacionadas serão desenvolvidas sob responsabilidade do Coordenador Técnico contratado, em estreita colaboração com os profissionais responsáveis pelos estudos temáticos (especialistas/consultores) e com a Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio.

O Coordenador Técnico contratado terá que desenvolver as seguintes atividades objeto do presente TdR:

- Disponibilizar mapas para uso nos trabalhos, com base no que será confeccionado e que também poderá ser disponibilizado pelo ICMBio, se disponível.
- Elaborar o plano de trabalho (com cronograma das atividades), incluindo todas as atividades da Coordenação – de escritório e de campo –, bem como a reunião de planejamento dos levantamentos de campo e incorporando as informações de cada plano de trabalho elaborado pelos especialistas/consultores de todas as áreas temáticas; o plano de trabalho deve incluir as atividades de escritório e de campo de todos.
- Elaborar o levantamento bibliográfico da sua área de atuação, incluindo todas as atividades e papéis da Coordenação e da sua equipe – de escritório e de campo –, juntando o levantamento bibliográfico realizado – individualmente – pelos consultores de cada área temática, mas mantendo a identificação de cada um deles.
- Coordenar o levantamento, a compilação, a integração e a análise de todas as experiências, dados e informações sobre a EEMJ, considerando instrumentos de gestão de manejo já existentes, como o “PM” da ex-SEMA, o plano de proteção, denominado Sistema de Fiscalização da EEMJ, o plano anual de prevenção e combate a incêndios, outros instrumentos de gestão e manejo, a literatura existente, fotografias aéreas e

- imagens de satélite, com objetivo de subsidiar a consolidação dos relatórios – primeira versão e versão final.
- Providenciar cópia dos mapas a serem disponibilizados pelo ICMBio, se existentes, bem como a elaboração de outros que julgar pertinente para uso pela sua equipe nas atividades de campo.
 - Organizar viagem de campo para toda a sua equipe, respondendo pela conduta dos participantes, bem como organizar e moderar a reunião preparatória que precede as coletas de campo.
 - Preencher os formulários da IN que autoriza filmagens e fotografias em UC federais, a ser disponibilizada pelo ICMBio.
 - Organizar e coordenar as atividades dos profissionais das áreas temáticas definidas, zelando para que todos respeitem as particularidades do trabalho; participem da reunião preparatória citada; estejam em campo simultaneamente; georreferenciem os dados (inclusive as fotografias); respeitem os locais de amostragem, entre outras características e participem do SP, que ocorrerá em data posterior aos levantamentos de campo.
 - Participar do SP, em tempo integral; ser realizado em data posterior aos levantamentos de campo, obrigação que deve constar de contrato, e sem remuneração adicional.
 - Coordenar, orientar e supervisionar as atividades de campo dos profissionais das áreas temáticas, observando as normas de conduta da UC e os termos das licenças de pesquisa a serem solicitadas e concedidas pelo SISBIO/ICMBio.
 - Acompanhar e supervisionar os levantamentos de campo, de acordo com a metodologia indicada para cada área temática.
 - Redigir e zelar para que os itens de vegetação e flora contenham as informações para a elaboração de um mapa com a interpretação dos tipos de cobertura vegetal que ocorrem na UC e no seu entorno, ou seja, na área de estudo, mostrando as fitofisionomias naturais e aquelas com influência antrópica, mapa que será elaborado pelo consultor de geoprocessamento e cartografia (escala 1:100.000 ou maior se o imageamento permitir).
 - Providenciar, no que lhe couber, e garantir que sua equipe forneça os dados para a elaboração de um mapa das principais ameaças à biodiversidade da área de estudo, tais como caça, pesca, criação de gado, desmatamento, mineração, impacto turístico/da visitação, agricultura, ocupação humana, espécies exóticas e invasoras, fogo, derramamento de óleo e outros resíduos, entre outros, feito sobre o mapa dos tipos de cobertura vegetal (escala 1:100.000 ou maior se o imageamento permitir).
 - Providenciar, no que lhe couber, e garantir que sua equipe forneça os dados para a elaboração de um mapa com os principais atributos e fragilidades naturais da biodiversidade da área de estudo, tais como áreas mais ricas, tipos de vegetação única, áreas úmidas, local com espécies migratórias e residentes, espécies de maior interesse para a conservação (raras, endêmicas, ameaçadas e em perigo de extinção etc.) e áreas frágeis, entre outros, feito sobre o mapa dos tipos de cobertura vegetal (escala 1:100.000 ou maior se o imageamento permitir).
 - Providenciar, no que lhe couber, e garantir que sua equipe forneça os dados para a elaboração de um mapa de espécies da fauna e da flora em risco da área de estudo, feito sobre o mapa dos tipos de cobertura vegetal (escala 1:100.000 ou maior se o imageamento permitir).
 - Realizar a revisão e a análise crítica de todos os produtos, especialmente dos relatórios temáticos – primeira versão e versão final - de todos os especialistas/consultores, antes da sua entrega ao ICMBio.
 - Consolidar os relatórios temáticos – primeira versão e versão final –, nos diversos itens dos Encartes 1, 2, 3 e 4 do PM, a partir dos dados dos levantamentos de campo e dos dados já existentes.
 - Garantir a entrega de dois relatórios de cada produto indicado – primeira versão e versão final –, com os dados obtidos (já existentes e inéditos).
 - Entregar ao ICMBio os materiais adquiridos com recursos do objeto do presente TdR ou que tenha recebido a título de empréstimo para uso nos trabalhos.
 - Organizar e participar de reuniões com a sua equipe e com a equipe do ICMBio para discussão sobre o desenvolvimento dos trabalhos e eventuais ajustes necessários.

- Elaborar e disponibilizar, para todos os envolvidos no PM, a lista geral do material de campo necessário à execução das atividades das áreas temáticas, bem como das consultas populares a serem realizadas.
- Dispor de equipamentos de campo específicos para a sua área de atuação.
- Assegurar que cada especialista disponha de equipamentos de campo próprios, relativos à cada área temática, tais como máquina fotográfica, pedômetro, altímetro, GPS, estereoscópio, rede de pesca, rede de neblina, armadilhas, dentre outros necessários, além de computadores, impressoras e outros necessários à plena execução dos trabalhos.
- Incorporar nos relatórios as recomendações apontadas pela Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio, sempre que sugeridas para as etapas dos trabalhos e para os relatórios – primeira versão e versão final.

6.5. Atividades dos Profissionais das Áreas Temáticas (i) Geomorfologia Marinho-costeira; ii) Socioeconomia e Áreas Correlatas e iii) Aspectos da Visitação)

As atividades a seguir relacionadas serão desenvolvidas em estreita colaboração entre o Coordenador Técnico contratado e os profissionais responsáveis pelas áreas temáticas (especialistas/consultores), de modo a assegurar que apresentem satisfatória qualidade técnica e que os trabalhos sejam concluídos no prazo.

Assim, os profissionais contratados para cada área temática deverão atender às seguintes disposições:

- Preencher e registrar o formulário para o licenciamento das pesquisas (estudos/levantamentos) na UC e no seu entorno, com vistas à elaboração do PM, conforme IN em vigor, junto ao ICMBio, o qual será submetido à aprovação da DIMAN (cabará à UC e à DIMAN fornecer cópia da IN e disponibilizar as instruções para o atendimento desta exigência), o que será feito *on line*, na página do ICMBio (www.icmbio.gov.br/sisbio).
- Realizar o levantamento bibliográfico da sua área temática de atuação.
- Elaborar plano de trabalho, com cronograma detalhado das atividades de sua área temática, incluindo as etapas de escritório e de campo.
- Preencher os formulários da IN do ICMBio, relativa a filmagens e fotografias em UC federais.
- Realizar levantamento, compilação e análise de todas as experiências, dados e informações sobre a UC e o seu entorno (área de estudo), inclusive considerando todos os instrumentos de planejamento da EEMJ, tais como os já citados, e outras fontes de dados como fotografias aéreas e imagens de satélite, de acordo com o previsto pela metodologia indicada, o que fará parte dos relatórios – primeira versão e versão final.
- Desenvolver os levantamentos de campo, de acordo com a metodologia indicada e apropriada à cada área temática, com duração mínima de quinze dias na UC.
- Apresentar dois relatórios temáticos com os dados obtidos (já existentes e inéditos), sendo o primeiro o relatório denominado primeira versão, com abordagem finalizada, ambos para avaliação, contribuições, sugestões e aprovação pelo Coordenador Técnico contratado e pelo ICMBio, e um segundo, que será o relatório versão final com todas contribuições feitas pelo ICMBio, fazendo, ainda, as correções e o aprimoramento definitivos, para fechamento do vínculo da consultoria.
- Participar integralmente do SP, ser realizado em data posterior aos levantamentos de campo, obrigação que deve constar de contrato, e sem remuneração adicional.
- Proceder às modificações e recomendações sugeridas pelo Coordenador Técnico contratado e pelo ICMBio, sempre que um produto for submetido à análise e aprovação.

Deverão ser incorporados à realização dos trabalhos: estudos, informações, dados, pesquisas e outros meios já publicados e existentes sobre a área da UC e do seu entorno – área de trabalho - e outras formas de conhecimento geradas sobre ela. Ainda, os resultados das pesquisas realizadas e outros materiais de interesse do trabalho deverão ser organizados como anexos ao documento e entregues quando da apresentação dos relatórios versão final. Os originais de mapas elaborados, as fotografias e seus negativos ou seus arquivos em meio eletrônico,

produzidos com recursos do projeto, deverão ser entregues também ao ICMBio, junto com os relatórios versão final.

As fotografias entregues têm que estar acompanhadas de autorização escrita autorizando seu uso pelo ICMBio, sem ônus, conforme formulário a ser entregue. As fotografias deverão estar, sempre que possível, georreferenciadas, datadas, com autoria expressa e ter legenda completa (autoexplicativa).

6.5.1. Levantamento da Geomorfologia Marinho-costeira

As atividades incluem levantamentos, compilação, sistematização e análise das informações bibliográficas e cartográficas existentes, bem como coleta de dados coletados em campo, georreferenciando tudo o que for possível.

Assim, o consultor de geomorfologia marinho-costeira desenvolverá suas atividades objetivando a produção de relatórios contendo os seguintes aspectos:

- Introdução.
- Descrição da área de estudo e dos pontos amostrados.
- Aspectos metodológicos, com métodos utilizados, sua adequação às condições da área, incluindo características gerais das condições de tempo e período dos trabalhos de campo.
- Levantamento bibliográfico com sua revisão e comentários sobre trabalhos anteriores da área de estudo, quanto aos assuntos abordados.
- Localização espacial das análises nos mapas e outras formas de ilustração, com georreferenciamento dos dados coletados em campo.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação sobre a evolução geológica regional e fenômenos especiais ligados a ela e a sua inter-relação com a geomorfologia marinho-costeira do entorno e da EEMJ, bem como a morfogênese regional.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo acerca do tipo de relevo predominante na costa e na EEMJ e seu papel; apresentar informações, dados e outros subsídios em um mapa de topográfico e sua influência no uso atual da terra da costa, bem como uma carta batimétrica, se possível, mesmo com dados já existentes.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, acerca das unidades fisionômico-geomorfológicas e declividades mais representativas da costa, da EEMJ e da subsuperfície marinha em volta das ilhas e suas inter-relações com a área emersa.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação com a distribuição textural dos sedimentos do fundo marinho e geomorfologia da linha de costa, bem como a inter-relação com as contribuições naturais e antrópicas para a EEMJ (aporte de origem externa de sedimentos e poluentes transportados pelas correntes e o impacto provocado nos processos ecológicos e geomorfológicos antigos e atuais).
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, acerca da hidrodinâmica marinha (correntes marinhas, amplitude de marés, altura de ondas), se disponível e sua inter-relação com os ambientes da EEMJ.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, UC marinhas próximas e seu papel para a proteção da EEMJ.
- O papel da pororoca e da contribuição da foz dos grandes rios regionais e locais sobre a existência e as modificações de área (acréscimos e perdas), costa e outros das ilhas da EEMJ e, ainda, o seu papel no canal que forma o que era o igarapé do Inferno.
- Influência da presença de búfalos nos processos ecológicos e geomorfológicos, com identificação das áreas de ocorrência e distribuição espacial.
- Formulação de recomendações de ações de manejo necessárias à EEMJ e de pesquisas prioritárias.
- Suporte, subsídios e orientação ao especialista de geoprocessamento e cartografia, de modo a produzir um mapa de geomorfologia adaptada ao contexto estudado ou mais geral, como for possível fazê-lo.
- Identificação e discussão de subsídios para o zoneamento da UC e para a definição da sua ZA, o que será retratado em mapas no SP, citado no presente TdR.
- Anexos, contendo:

- Cópia de fotografias e em meio eletrônico, sendo que as fotografias têm que dispor de legenda completa (autoexplicativa), sejam georreferenciamento e de autorização escrita de seu uso pelo ICMBio, sem ônus.
- Mapas com a distribuição das principais estruturas geomorfológicas.
- Lista de áreas, dados, informações e eventos georreferenciados com as coordenadas e o que foi objeto do georreferenciamento.
- Outras informações julgadas pertinentes.
- Referências bibliográficas, com bibliografia atualizada até o final dos trabalhos, atendendo as normas de formatação indicadas no presente TdR.

6.5.2. Levantamento da Socioeconomia e Áreas Correlatas

As atividades incluem levantamentos, compilação, sistematização e análise das informações bibliográficas e cartográficas existentes, bem como coleta de dados coletados em campo, georreferenciando tudo o que for possível.

Assim, o consultor de socioeconomia e áreas correlatas desenvolverá suas atividades objetivando a produção de relatórios contendo os seguintes aspectos:

- Introdução.
- Descrição da área de estudo e dos sítios e pontos amostrados.
- Aspectos metodológicos, com métodos utilizados, sua adequação às condições da área, incluindo características gerais das condições de tempo e período dos trabalhos de campo.
- Levantamento bibliográfico com sua revisão e comentários sobre trabalhos anteriores da área de estudo, quanto aos assuntos abordados.
- Localização espacial das análises nos mapas e outras formas de ilustração, com georreferenciamento dos dados coletados em campo.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, nas características das populações (da UC e do entorno): dados e interpretação sobre distribuição rural e urbana das populações; grau de escolaridade; distribuição da população por faixa etária; distribuição por sexo; saneamento básico; correntes migratórias; renda, IDH; tipo de atividade econômica; populações flutuantes; situações de conflito (potenciais e reais) da população residente na UC (seja indígena, não-indígena, tradicional ou não), quando couber; situação de apropriação de recursos da UC pelas populações (indígenas ou não) e conflitos decorrentes; visão da população sobre a UC; modo de vida e tipo de uso que fazem da terra; localização das ocupações; fontes de subsistência; renda; tempo de residência dentro da UC; estrutura familiar e relações sociais; expectativa de mudança para outro local (saída da UC); descrição de benfeitorias; impacto das populações sobre os recursos da UC (caça; pesca; coleta; extrativismo; cultivo criação de animais domésticos, entre outros); destino do material coletado na natureza (alimentação; comércio; artesanato; medicina caseira, entre outros); identificação dos grupos de interesse (ou grupos sociais), identificando seus principais interesses, expectativas, potencialidades, limitações e conflitos; caracterização da composição de redes de interesse complementares e concorrentes e prováveis alianças e conflitos; ao final das análises, identificação de quais populações poderiam ser consideradas tradicionais e quais não, justificando cada caso.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, acerca do uso e ocupação da terra (na UC e no entorno): principais atividades econômicas agrícolas, pecuárias, florestais, minerais, industriais, pesqueiras, urbanas e outras desenvolvidas e suas tendências, salientando os problemas ambientais decorrentes, existentes ou potenciais; planos governamentais federais, estaduais e municipais, bem como os empreendimentos privados que existem na região (estradas, barragens, mineração, indústria pesqueira e outros); características fundiárias, quanto às tendências e dinâmicas em relação aos vínculos com a terra; efeitos negativos sobre a UC do uso no entorno do uso de herbicidas, pesticidas, metais pesados, fertilizantes, derivados de petróleo, esgoto, resíduos sólidos e outros; apresentar informações, dados e outros subsídios para a geração de mapa de uso atual da terra; se possível, apresentar o seu próprio.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, acerca da visão das comunidades sobre a UC: consequências da criação da UC sobre as comunidades vizinhas; percepção dos sentimentos das comunidades em relação à UC; o entendimento

- do significado e da importância da UC; relação com os funcionários da UC; expectativas com relação à UC, como possibilidades de ganhos serviços de guagem, hospedagem, fornecimento de alimentação e lanches, artesanato e outros.
- Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, acerca de aspectos culturais e históricos: informações da colonização da região; história recente e as manifestações culturais e arquitetônicas resultantes; áreas utilizadas para práticas místico-religiosas e outras manifestações culturais; presença de etnias indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais e suas principais manifestações culturais, enfatizando os eventos que possam ter relação com a UC; relação dos sítios históricos, paleontológicos e/ou arqueológicos encontrados na região, com uma avaliação de sua importância científica, se possível; registro das manifestações culturais regionais em termos de valores folclóricos, musicais e outros, bem como os usos tradicionais da flora e da fauna silvestres que tenham significado para a caracterização das populações tradicionais locais; associação dos aspectos da história e da cultura regional que possam ser utilizadas na visita da UC, entre outros.
 - Resultados obtidos, sua discussão e interpretação, incluindo, acerca de alternativas de desenvolvimento econômico sustentável: possíveis atividades de desenvolvimento econômico sustentável existentes na região, seja artesanato, agricultura, ecoturismo, silvicultura e outros, fornecendo indicativos de sua efetividade e potencial de novas atividades; atividades e mecanismos potenciais que possam vir a ser implantadas na região, como festas, turismo, feiras, mercado justo e outros.
 - Resultados obtidos, sua discussão e interpretação acerca da legislação federal, estadual e municipais pertinentes (com inter-relação com a UC e seu entorno) ou a ela aplicáveis, que possam ter desdobramentos sobre o seu manejo e a sua gestão; comentar os benefícios e prejuízos que trazem ou possam trazer para a UC, comentando possíveis superposições de atribuições e incumbências, apontando possíveis soluções para os casos detectados. É preciso citar a legislação e mostrar a sua interface com a EEMJ, mas não basta listar a legislação e repetir o seu caput.
 - Resultados obtidos, sua discussão e interpretação sobre o potencial de apoio à UC, como: infraestrutura de saúde, turismo, educação, segurança pública, comunicação e correios, transporte, fornecimento de energia elétrica e rede de serviços (comércio, construção civil, rede bancária, mecânica, abastecimento de combustíveis e outros); organizações governamentais e não-governamentais, bem como iniciativa privada, descrevendo as atividades que desenvolvem e sua relação com a UC, bem como podem apoiá-la em ações correlatas (campanhas educativas, programas de coleta de lixo, voluntariado etc.).
 - Formulação de recomendações de ações de manejo necessárias à EEMJ e de pesquisas prioritárias.
 - Identificação e discussão de subsídios para o zoneamento da UC e para a definição da sua ZA, o que será retratado em mapas no SP, citado no presente TdR.
 - Anexos, contendo:
 - Lista de espécies comentada, no que couber, com especial referência a espécies-chave, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção e indicadoras, além de espécies exóticas (com sugestões para sua erradicação e manejo; quando necessário explicar as ações de manejo e erradicação, fazendo-o no corpo do texto), apresentando o nome científico, o(s) nome(s) popular(es), habitat, hábitos, nível trófico, forma de constatação, pontos de ocorrência, bem como outras informações consideradas pertinentes.
 - Cópia de fotografias e em meio eletrônico, sendo que as fotografias têm que dispor de legenda completa (autoexplicativa), sejam georreferenciamento e de autorização escrita de seu uso pelo ICMBio, sem ônus.
 - Mapas com a distribuição das principais populações de cada grupo estudado.
 - Lista de áreas, dados, informações e eventos georreferenciados com as coordenadas e o que foi objeto do georreferenciamento.
 - Outras informações julgadas pertinentes.
 - Referências bibliográficas, com bibliografia atualizada até o final dos trabalhos, atendendo as normas de formatação indicadas no presente TdR.

6.5.3. Levantamento dos Aspectos da Visitação

As atividades incluem levantamentos, compilação, sistematização e análise das informações bibliográficas e cartográficas existentes, bem como coleta de dados coletados em campo, georreferenciando tudo o que for possível.

Assim, o consultor de aspectos da visitação, com finalidade educacional, desenvolverá suas atividades objetivando a produção de relatórios contendo, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Introdução.
- Descrição da área de estudo e dos sítios e pontos amostrados.
- Aspectos metodológicos, com métodos utilizados, sua adequação às condições da área, incluindo características gerais das condições de tempo e período dos trabalhos de campo.
- Levantamento bibliográfico com sua revisão e comentários sobre trabalhos anteriores da área de estudo, quanto aos assuntos abordados.
- Localização espacial das análises nos mapas e outras formas de ilustração, com georreferenciamento dos dados coletados em campo.
- Identificação dos locais onde a atividade de visitação é exercida e seus potenciais e atrativos.
- Caracterização do comportamento dos visitantes no desenvolvimento de cada uma das atividades realizadas, no que couber.
- Levantamento do número de visitantes e/ou tamanho dos grupos em cada atividade realizada, com base nos levantamentos de campo, a fim de que possam ser indicados os números iniciais de visitantes para a realização de cada uma delas (também entendidos como capacidade de suporte).
- Levantamento das condições de uso em que se encontram os equipamentos facilitadores, caso existam, integrantes de cada atividade realizada, tais como: centro de visitantes, exposição, pontes, escadas, guarda-corpo, sanitários, bancos, mesas, contenção de encostas, mirantes, condições da trilha (erosão, contenção de encostas) etc.
- Descrição dos procedimentos operacionais adotados para cada atividade realizada.
- Identificação do grau de satisfação dos visitantes.
- Levantamento da disponibilidade, produção e condições de utilização dos equipamentos e instrumentos de apoio, como sinalização, folhetos, painéis e outros, descrevendo cada item existente e analisando suas possibilidades e formas de uso.
- Levantamento dos principais problemas e ameaças de cada uma das atividades analisadas, informando o modo como afetam a UC e os visitantes.
- Levantamento da situação fundiária de cada um dos sítios em que se desenvolvem as atividades de uso público, com base em informações da chefia da UC e sua equipe, de documentos disponibilizados e/ou por meio de informações levantadas junto a outras fontes.
- Indicação dos programas de turismo locais, regionais e nacionais.
- Levantamento dos meios de divulgação das atividades de visitação da UC.
- Análise da abrangência das atividades relacionadas à sensibilização, à conscientização e à educação ambiental, tais como: número de escolas e organizações não-governamentais (ONG) e suas ações, público-alvo, formas de envolvimento, critérios de avaliação, material de apoio, possíveis resultados etc.
- Identificação de programas e outras iniciativas de capacitação em sensibilização, conscientização e educação ambiental e da existência ou não de parcerias para as atividades.
- Montagem de calendário de palestras e outras apresentações orais em escolas, número de escolas e municípios atingidos e programa de capacitação em sensibilização, conscientização e educação ambiental.
- Levantamento dos aspectos culturais dos locais visitados no interior da UC e em seu entorno.
- Identificação das formas de comercialização de produtos dentro e no entorno da UC, especialmente aqueles que utilizem a sua imagem.
- Levantamento dos serviços ligados à visitação do entorno e na UC.
- Levantamento dos serviços de hospedagem, alimentação e saúde existentes nos núcleos urbanos próximos.

- Levantamento dos pontos de maior concentração de visitantes nas proximidades da UC.
- Levantamento de recursos, potencialidades e atrativos importantes na UC e no entorno e seus motivos (festas populares, pontos de paisagem notável, culinária local etc.).
- Levantamento do sistema de sinalização no entorno da UC, realizados ou não por ela.
- Levantamento das áreas de uso comum e serviços aos visitantes como sanitários, áreas de descanso, lanchonetes, estacionamentos, acampamentos etc., existentes no entorno e o nível e o custo dos serviços prestados.
- Levantamento do envolvimento da população local nas atividades e serviços de visitação da UC.
- Identificação de oportunidades para as comunidades locais, por meio de produtos turísticos, serviços e outras formas de inserção como, por exemplo, artesanato local, hospedagem, pacotes, festas populares, culinária e outros.
- Formulação de propostas para a visitação na UC e no seu entorno, apresentando cada atividade em croqui, desenhos esquemáticos e/ou outras formas de ilustração, com as informações de como ela se processaria, indicando o local do início, trajeto a ser percorrido, com estimativa de tempo e distância, local da atividade e tempo de permanência e retorno, bem como os equipamentos e facilidades necessários para o desenvolvimento da atividade. Se necessário, apresentar fotos e outros recursos para maiores esclarecimentos.
- Anexos, contendo:
 - Lista de espécies comentada, com especial referência a espécies-chave, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção e indicadoras, além de espécies exóticas (com sugestões para sua erradicação e manejo; quando necessário explicar as ações de manejo e erradicação, fazendo-o no corpo do texto), apresentando o nome científico, o(s) nome(s) popular(es), habitat, hábitos, nível trófico, forma de constatação, pontos de ocorrência, bem como outras informações consideradas pertinentes.
 - Cópia de fotografias e em meio eletrônico, sendo que as fotografias têm que dispor de legenda completa (autoexplicativa), sejam georreferenciamento e de autorização escrita de seu uso pelo ICMBio, sem ônus.
 - Mapas com a distribuição dos atrativos, potencialidades e populações identificadas nos locais levantados.
 - Lista de áreas, dados, informações e eventos georreferenciados com as coordenadas e o que foi objeto do georreferenciamento.
 - Outras informações julgadas pertinentes.
- Referências bibliográficas, com bibliografia atualizada até o final dos trabalhos, atendendo as normas de formatação indicadas no presente TdR.

Ainda, o relatório dos aspectos da visitação, com finalidade educacional, apresentará as recomendações para a elaboração de projetos específicos a serem desenvolvidos para a implementação de cada atividade e estudos gerais relativos à UC, incluindo:

- Discussão e apresentação acerca do manejo do impacto da visitação, indicando a opção metodológica, caso se diferencie da metodológica do ICMBio, também entendida, em parte, como capacidade de suporte da atividade.
- Sistema de sinalização e identidade visual.
- Estudo para a inclusão em programas de turismo regional e *marketing*.
- Identificação de possibilidades de corredores ecológicos importantes para o turismo local e regional.
- Identificação de fragmentos ambientais potenciais para conectividade entre diversas UC e outras áreas protegidas importantes para o turismo local e regional.
- Capacitação, treinamento e credenciamento de guias e condutores de visitantes.
- Divulgação da UC e de suas atividades de visitação.
- Monitoramento geral da visitação e de cada atividade.
- Ações de sensibilização, conscientização e educação ambiental vinculadas à visitação em uma EE, que tem objetivo educacional.
- Possibilidades de desenvolvimento do artesanato local e culinária, visando a comercialização e geração de emprego e renda.

- Interpretação ambiental da UC intrínsecas às atividades de visitação com cunho educacional.
- Logotipo da UC.
- Estimativa de custo para todas as propostas, dentro de cinco etapas de implementação da visitação, as quais representarão a ordem de prioridade.
- Formulação de outras recomendações de ações de manejo necessárias a EEMJ e de pesquisas prioritárias.
- Identificação e discussão de subsídios para o zoneamento da UC e para a definição da sua ZA, o que será retratado em mapas no Seminário com Pesquisadores, citado no presente TdR.

O ICMBio se compromete a disponibilizar o seu Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Uso Público³, o qual dará suporte ao consultor do tema de aspectos da visitação.

6.6. Redação do Plano de Manejo e de Itens pelo do Coordenador Técnico

Há vários temas que não serão contratados e ficarão sob a responsabilidade direta do Coordenador Técnico produzi-los. O Coordenador Técnico terá que fazer o levantamento, a compilação, a sistematização e a análise da bibliografia e do material cartográfico já existentes, bem como coletar dados e/ou aferi-los em campo, quando possível e necessário, para depois redigir os itens que lhe caberão.

Portanto, será responsabilidade do Coordenador Técnico levantar os dados da literatura e outras fontes e redigir o texto dos itens apontados a seguir (item 6.2.5.1). Ainda, terá que redigir todo o PM, a partir da consolidação de seus textos, daqueles produzidos pelos consultores da sua equipe e do que o ICMBio e seus parceiros fornecerem. Assim, o Coordenador Técnico contratado, nas atividades que desenvolverá também terá a responsabilidade de georreferenciar todos os dados e informações coletados em campo, localizando espacialmente as análises nos mapas e outras formas de ilustração.

Cite-se que, como é praxe na elaboração de um PM, o Coordenador Técnico tem a responsabilidade de redigir todo o documento, mesmo que conte com relatórios de temas contratados e com alguma parte redigida pela equipe do ICMBio.

6.6.1. Redação de Itens

Assim, os seguintes temas/itens serão produzidos pelo Coordenador Técnico contratado e seu Assistente, que terão que levantar os dados existentes para redigi-los e entrevistar os funcionários da UC, já que não serão contratados especialistas para tal. Os conteúdos de cada um estão indicados no RM, de 2002, podendo ser incluídos outros julgados pertinentes. São os itens:

- Encarte 1 – Contextualização da UC: aqui inclui a produção de texto para todos os itens deste Encarte.
- Encarte 2: Descrição da Região da UC e sua Caracterização Ambiental.
- Encartes 2 e 3: será necessário produzir os textos relativos ao meio físico, à vegetação e à fauna. Neste último caso abrangendo, pelo menos, mamíferos, aves, anfíbios e répteis, com base em dados já existentes.
- Encarte 3: Acesso à EEMJ (com ilustrações); Origem do Nome e Histórico de Criação da UC; caracterização dos fatores abióticos (meio físico), exceto a parte de geomorfologia marinho-costeira (entorno e UC); caracterização dos fatores bióticos (vegetação e fauna); Patrimônio Cultural Material e Imaterial; Situação Fundiária; Fogos e Outras Ocorrências Excepcionais; Atividades Desenvolvidas na UC; Atividades e Situações Conflitantes; Aspectos Institucionais da UC e Declaração de Significância.
- Outras Ocorrências Excepcionais: como o tema também trata das questões dos incêndios, a equipe da EEMJ repassará o material e as informações para o Coordenador Técnico contratado e seu Assistente. Eles terão que identificar e produzir o texto referente aos

³ Furtado, Lêda M. V. et alii. 2005. Roteiro para Elaboração de Plano de Uso Público para Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral. IBAMA. Brasília.

incêndios e outros eventos excepcionais que ocorrem ou podem atingir a UC, no que se aplicar.

- Encarte 4: inclui todos os seus itens, sendo que, neste caso, haverá aporte de dados e informações nos eventos presenciais com a participação da equipe do ICMBio.

6.6.2. Redação do Plano de Manejo

O PM será totalmente redigido pelo Coordenador Técnico contratado e seu Assistente. A elaboração dos encartes terá como base os levantamentos da literatura existente e de tudo que foi observado e levantado no campo, inclusive nos eventos de consulta externa. Toda a estruturação dos encartes e seu conteúdo obedecerão às indicações do RM já mencionado, com as adaptações e especificidades indicadas no presente TdR.

Portanto, o Coordenador Técnico contratado e seu Assistente redigirão os textos a partir de relatórios produzidos pelos consultores contratados e a ele subordinados, a partir dos itens que ele próprio produziu, assim como a partir da parte produzida pela equipe do ICMBio.

A redação do PM obedecerá, no mínimo, a seguinte estrutura e conteúdo:

Apresentação

Volume I

Introdução

1 – Elaboração do Encarte 1 – Contextualização da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

A contextualização da EEMJ refere-se ao seu papel no cenário internacional, especialmente se está inserida em alguma reserva da biosfera, se faz parte de acordos e atos internacionais. Da mesma maneira, é mostrado e discutido o papel da UC no cenário federal, quanto ao seu papel no SNUC. Por último, da mesma maneira que é feito para o escopo federal, é mostrado e discutido o papel que a UC tem no cenário estadual, quais lacunas ela preenche, tipos de ambientes que protege, quanto representa de área protegida para o Estado onde ocorre e aspectos similares. O encarte 1 é bastante curto e sua abordagem deve indicar possibilidades e potencialidades aplicáveis à gestão da UC, porém de maneira bastante simples, objetiva e resumida.

Para elaboração do Encarte deverão ser abordados os enfoques internacional, federal e estadual, com as subdivisões e seus conteúdos especificados no RM, com a seguinte divisão mínima:

1.1 – Enfoque Internacional

1.1.1 – A Estação Ecológica de Maracá-Jipióca e a(s) Reserva(s) da Biosfera (redigir somente se for aplicável à EEMJ)

1.1.2 – Oportunidades de Compromissos com Organismos e Acordos Internacionais

1.2 – Enfoque Federal

1.2.1 – A Estação Ecológica de Maracá-Jipióca e O Cenário Federal

1.2.2 – A Estação Ecológica de Maracá-Jipióca e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

1.3 – Enfoque Estadual

1.3.1 – Implicações Ambientais

1.3.2 – Implicações Institucionais

1.3.3 – Potencialidades de Cooperação

Anexos

Bibliografia

2 – Elaboração do Encarte 2 – Análise da Região da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

O Encarte 2 tem o papel de analisar as condições que vigoram no entorno mais imediato da UC e como este espaço interage ou pode interagir com ela. Portanto, trata de uma área definida no entorno da UC, especificamente para efeitos da implantação do PM. Para isso, o Encarte 2 abordará os seguintes itens com os conteúdos apontados no RM.

A divisão básica de itens obedecerá, minimamente, o que se segue:

2.1 – Descrição da Região da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

2.2 – Caracterização Ambiental

2.3 – Aspectos Culturais e Históricos

- 2.4 – Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes
- 2.5 – Características da População
- 2.6 – Visão das Comunidades sobre a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca
- 2.7 – Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável
- 2.8 – Legislação Federal, Estadual e Municipal Pertinente
- 2.9 – Potencial de Apoio à UC

Anexos

Bibliografia

A ZA, que seria tratada aqui no Encarte 2, como previsto do RM, foi transferida para o Encarte 4 (Planejamento), conforme especificado mais adiante.

3 – Elaboração do Encarte 3 – Análise da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

O Encarte 3 faz uma análise específica da UC, também com base em tudo que foi levantado na literatura já existente e, especialmente, com base nos levantamentos de campo, incluindo as entrevistas com os funcionários da Unidade.

No Encarte 3 serão abordados, minimamente, os seguintes itens:

- 3.1 – Informações Gerais sobre a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca
 - 3.1.1 – Meios de Acesso à Estação Ecológica de Maracá-Jipióca
 - 3.1.2 – Origem do Nome e Histórico de Criação da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca
- 3.2 – Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos
 - 3.2.1 – Clima
 - 3.2.2 – Geologia
 - 3.2.3 – Geomorfologia e Relevo
 - 3.2.4 – Solos
 - 3.2.5 – Hidrografia
 - 3.2.6 – Vegetação
 - 3.2.7 – Fauna
- 3.3 – Patrimônio Cultural Material e Imaterial
- 3.4 – Socioeconomia
 - 3.4.1 – Descrição Geral das Comunidades Situadas no Interior da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca (se aplicável)
 - 3.4.2 – Aspectos da População, Econômicos e de Serviços Públicos
 - 3.4.3 – Uso Atual da Terra
 - 3.4.4 – Visão da População sobre a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca
- 3.5 – Situação Fundiária
- 3.6 – Fogos e Outras Ocorrências
- 3.7 – Atividades Desenvolvidas na Estação Ecológica de Maracá-Jipióca (apropriadas e conflitantes)
- 3.8 – Aspectos Institucionais (pessoal, infraestrutura, equipamentos, serviços, estrutura organizacional, recursos financeiros e cooperação institucional)
- 3.9 – Declaração de Significância

Anexos

Bibliografia

4 - Encarte 4 – Planejamento da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

Feito o diagnóstico da UC e do seu entorno (área de estudo), retratados nos Encartes 1, 2 e 3, o próximo passo de um PM é planejar as ações e normas para a proteção da biodiversidade, potencializando situações favoráveis e procurando solucionar ou mitigar os problemas detectados. Tal papel é desenvolvido no Encarte 4.

No Encarte 4 serão abordados, minimamente, os seguintes itens:

- 4.1 – Visão Geral do Processo de Planejamento
- 4.2 – Histórico do Planejamento
- 4.3 – Avaliação Estratégica da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

4.4 – Objetivos Específicos de Manejo (Objetivos de Conservação e Objetivos Gerenciais Estratégicos)

4.5 – Zoneamento (no caso da EESGT, incluirá uma proposta de ZA e as zonas internas da UC)

4.5.1 – Organização do Zoneamento (para cada zona, abordar: definição; objetivo geral; objetivos específicos; normas e descrição da zona, indicando pontos georreferenciados)

4.6 – Normas Gerais da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca

4.7 – Planejamento por Área de Atuação

4.7.1 – Ações Gerenciais Gerais (internas e externas): proteção e manejo; pesquisa e monitoramento; visitação; sensibilização/conscientização e educação ambiental; operacionalização interna; integração externa; alternativas de desenvolvimento e operacionalização externa

4.7.2 – Áreas Estratégicas Internas e Externas (com: inserção no zoneamento; descrição; resultados esperados; indicadores e segmentos; cada segmento constará de: atividades e normas)

4.9 – Cronograma Físico-financeiro

Anexos

Bibliografia

Na dependência da qualidade dos textos, especialmente no que se refere à ortografia e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), o ICMBio pode, a qualquer momento, exigir a revisão dos textos por especialista que tenha comprovação documental de sua atuação e com ônus para a Contratada.

7. LICENCIAMENTO DAS PESQUISAS

O licenciamento de pesquisa em UC federais requer a solicitação e o respectivo registro de autorização. São feitos *on line*, junto ao ICMBio, para obtenção de licença de pesquisa para os trabalhos de campo, no que se aplicar. Todo o processo de licenciamento é feito conforme instruções no site: www.icmbio.gov.br/sisbio/. A licença é obrigatória para todos os participantes do PM, independentemente da área temática a ser trabalhada, inclusive para o Coordenador Técnico contratado e seu Assistente.

A solicitação será de responsabilidade da Contratada, sob o comando do Coordenador Técnico contratado. Para cada licença, será necessário especificar o nome de cada especialista/consultor das áreas temáticas indicadas, especificando o nome e a função da Contratada e de cada participante dos trabalhos de campo, indicando se haverá ou não coleta de material nos levantamentos.

8. PRODUTOS QUE GERAM DESEMBOLSO FINANCEIRO

São listados abaixo somente os produtos que, contra-entrega e aprovação, gerarão o desembolso financeiro pelo Contratante, como remuneração pelos trabalhos executados até aquele momento. Os desembolsos, mostrados mais adiante, somente serão feitos após a aprovação de cada produto, bem como das etapas e produtos que antecedem aquele objeto de pagamento. Portanto, cada produto indicado abaixo representa uma ou mais etapas e produtos que os antecedem.

Todos os produtos terão que ser revisados e aprovados pelo Coordenador Técnico contratado, antes da sua entrega ao ICMBio. Tal procedimento estará em carta escrita e assinada pelo Coordenador Técnico contratado, a qual seguirá junto com as cartas de remessa de produtos, da Contratada para o ICMBio.

Os títulos de cada produto não poderão conter abreviações e nem siglas, as quais terão que constar por extenso.

8.1. Primeiro Pagamento

Produto 1: Levantamento Bibliográfico da Área da Estação Ecológica de Maracá-Jipióca e Entorno

O primeiro pagamento dos trabalhos do presente TdR será efetuado somente contra-entrega e aprovação do Produto 1 – Levantamento Bibliográfico.

Trata-se de uma listagem com todas as referências bibliográficas levantadas pelos consultores contratados, bem como pelo Coordenador Técnico e seu Assistente. Cada consultor fará o levantamento da literatura existente sobre a sua área temática e o Coordenador Técnico e seu Assistente farão o levantamento da literatura referente aos itens que terão que redigir, bem como a complementação para o PM como um todo, inclusive para as áreas temáticas contratadas. Todo material levantado deverá estar listado e referenciado com todos os dados bibliográficos necessários para a sua identificação e localização e com formatação indicada no presente TdR. Pela simplicidade do produto, constituirá versão única, mas sujeito a correções e demandas pelo ICMBio. O levantamento bibliográfico será atualizado ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, e sua atualização será retratada nas referências bibliográficas de cada produto. Cada consultor é responsável pelo levantamento da sua área temática.

A denominação do presente produto será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Relatório do Levantamento Bibliográfico da Área de Estudo.

O primeiro pagamento dos trabalhos do presente TdR será efetuado somente contra-entrega e aprovação do Produto 1 – Levantamento Bibliográfico.

8.2. Segundo Pagamento

Produto 2: Relatórios Temáticos – Versões 1 e Final: trata de um relatório específico para cada uma das três áreas temáticas dos levantamentos de: i) geomorfologia marinho-costeira; ii) socioeconomia e iii) visitação. Cada um dos relatórios será elaborado e entregue após os levantamentos de campo na área de estudo, com a análise e a interpretação dos resultados (dados, informações obtidas, análises feitas, conclusões, recomendações etc.), contemplando especialmente a área da UC e, em segundo plano, o seu entorno que, juntos, formam a área de estudo.

Os relatórios temáticos serão entregues ao ICMBio em duas versões. A Versão 1 dos relatórios temáticos é para análise pelo ICMBio e não será objeto de pagamento. Uma vez apreciado será devolvido à Contratada para correções e emissão da Versão Final, a qual é objeto do segundo pagamento.

A denominação dos relatórios conterá o nome da UC, o nome da área temática e a respectiva versão. Tomando-se como exemplo o caso da geomorfologia marinho-costeira, tem-se: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Relatório Temático de Geomorfologia Marinho-costeira. Primeira Versão. Os demais temas terão sua denominação específica.

A versão 1 (primeira versão) não indica produto inacabado, sendo que os relatórios, portanto, têm que estar completos, revisados, bem editados e sem pendências técnicas e nem de forma. Ainda, terão que estar revisados quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico). Cada tema constituirá um volume separado, mas todos terão que ser entregues na mesma data.

Depois de aprovada pelo ICMBio, a Versão 1 (primeira versão) dos relatórios temáticos será revisada, atualizada e completada pela Contratada. Depois de avaliados pelo ICMBio e não havendo pendências, os relatórios temáticos terão o seu aprova formal e serão devolvidos à Contratada. Ela, por sua vez, fará a revisão e uma última edição para entrega ao ICMBio como Versão Final. A Versão Final dos relatórios temáticos, com todos os seus conteúdos e ilustrações, terá que estar revisada quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio. Cada tema terá que constar em um volume separado, mas todos terão que ser entregues na mesma data.

A denominação dos relatórios finais será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Relatório Temático de Geomorfologia Marinho-costeira. Versão Final. Cada tema terá a sua identificação específica.

O segundo pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação dos Produtos 2 – Relatórios Temáticos Versão Final.

8.3. Terceiro Pagamento

Produto 3: Encarte 1: refere-se ao primeiro produto consolidado, que abrange dados e informações existentes na literatura e levantados em campo. O Encarte 1 incluirá, no que couber, parte dos produtos dos componentes de geoprocessamento, cartografia e SIG a serem produzidos pela Contratada, que aportará ao relatório todas as formas de ilustrações específicas do Encarte, como mapas, figuras, tabelas, quadros, gráficos, fotografias e croquis, entre outros. O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio.

O Encarte 1 será entregue em duas versões. A Versão 1 do Encarte 1 é para análise pelo ICMBio e não será objeto de pagamento. Uma vez apreciado será devolvido à Contratada para correções e emissão da Versão Final, a qual é objeto do segundo pagamento.

O Encarte 1 – Primeira Versão não indica produto inacabado, sendo que o relatório, portanto, tem que ser completo, revisado, bem editado e sem pendências, antes da sua entrega ao ICMBio. Ainda, o relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico) e completo nos seus aspectos técnicos. O relatório deve trazer a análise integrada dos resultados (dados e informações obtidas etc.) da área de estudo, contemplando a inserção da UC nos cenários internacional, federal e estadual, como indicado no RM e no presente TdR.

A denominação do relatório, na primeira versão, será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Encarte 1 – Contextualização da Estação Ecológica. Primeira Versão. O título do relatório final é o mesmo, acrescentando-se Versão Final.

8.4. Quarto Pagamento

Produto 4: Relatório das Reuniões Abertas (RA), Relatório do Seminário com Pesquisadores (SP) e Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) (versão única): o relatório das RA conterà os resultados e a interpretação por evento de consulta, apresentados por ordem cronológica da sua realização, mas em volume único. O relatório do SP trará os seus resultados e sua interpretação. Ambos terão que estar revisados e no formato final, sem pendências. O formato de ambos os relatórios será indicado pelo ICMBio, posteriormente.

Os relatórios das RA e do SP serão elaborados pelo Coordenador Técnico contratado e seu Assistente e entregues em versão única, pela sua simplicidade e em formatos já consagrado pelo ICMBio.

Já o relatório da OPP refere-se ao relatório com os resultados e a interpretação obtidos nesta terceira e última consulta popular (externa), a ser elaborado pelo Moderador Profissional contratado. Será entregue em versão única, pela sua simplicidade e em formato já consagrado pelo ICMBio. O relatório terá que estar revisado e no formato final antes da sua entrega ao ICMBio.

A denominação de cada relatórios será: i) Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Relatório das Reuniões Abertas de Consulta às Populações; ii) Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Relatório do Seminário com Pesquisadores; iii) Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Relatório da Oficina de Planejamento Participativo. Em todos os casos, na capa, após o título, o período e o local da ocorrência das RA, do SP e da OPP serão informados.

O quarto pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 4: Relatórios das Reuniões Abertas (RA), do Seminário com Pesquisadores (SP) e da Oficina de Planejamento Participativo (OPP).

8.5. Quinto Pagamento

Produto 5: Relatório dos Aspectos da Visitação. Primeira Versão: refere-se ao relatório do levantamento das potencialidades e atrativos naturais da EEMJ e do seu entorno – área de estudo, que é o seu diagnóstico, bem como da formatação (desenho) dos produtos (atividades e normas) para a visita com objetivo educacional (proposições), que é seu planejamento.

O relatório será dividido em dois capítulos, o primeiro, com o levantamento de dados, refere-se ao diagnóstico, enquanto o segundo, de planejamento (prognóstico), refere-se às propostas para a visita, que incluem o conjunto de ideias/ações/atividades propostas e as normas para a sua execução, bem como dos modelos de intervenção (a sua operacionalização). O relatório deve ser elaborado e entregue após os levantamentos de campo da área de estudo, com a análise e a interpretação dos resultados (dados, informações obtidas, análises feitas, conclusões, recomendações etc.), contemplando especialmente a área da UC e, em segundo plano, o seu entorno que, juntos, foram a área de estudo. A primeira versão (Versão 1) não indica produto inacabado, sendo que o relatório, portanto, tem que ser completo, revisado, bem editado e sem pendências técnicas e nem de forma. Ainda, o relatório terá que estar revisados quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico).

A denominação do relatório será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiíoca. Relatório dos Aspectos da Visitação. Primeira Versão.

O quinto pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 5: Relatório da Visitação – Primeira Versão.

8.6. Sexto Pagamento

Produto 6: Encarte 2 – Análise da Região da Estação Ecológica. Primeira Versão: refere-se ao primeiro produto consolidado, que abrange dados e informações levantados na literatura existente e no campo para este Encarte, o qual incluirá, no que couber, parte dos produtos dos componentes de geoprocessamento, cartografia e SIG a serem produzidos pela Contratada, que aportará ao relatório todas as formas de ilustrações específicas do Encarte, como mapas, figuras, tabelas, quadros, gráficos, fotografias e croquis, entre outros.

O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio. O relatório deve trazer a análise integrada dos resultados (dados e informações obtidas etc.) da Região da EEMJ, previamente definida como sendo a área do seu entorno compreendida pelas terras do município de Amapá, como indicado no RM e no presente TdR. A versão não indica produto inacabado, sendo que o relatório, portanto, tem que ser completo, revisado, bem editado e sem pendências, antes da sua entrega ao ICMBio. Ainda, o relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico).

A denominação do relatório será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiíoca. Encarte 2 – Análise da sua Região (Entorno). Primeira Versão.

O sexto pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 6: Encarte 2 – Primeira Versão.

8.7. Sétimo Pagamento

Produto 7: Relatório dos Aspectos da Visitação. Versão Final: refere-se à versão final do relatório do levantamento das potencialidades e atrativos naturais da EEMJ e do seu entorno (área de estudo). Trata-se de produto acabado, o qual incluirá todas as recomendações acertadas entre o ICMBio e a Contratada, não deixando pendência alguma, inclusive de mapas e demais ilustrações. O produto incluirá propostas para a EEMJ e para o seu entorno, como especificado para a primeira versão acima. O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio.

A denominação do relatório será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Relatório dos Aspectos da Visitação – Versão Final.

O sétimo pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 7: Relatório dos Aspectos da Visitação – Versão Final.

8.8. Oitavo Pagamento

Produto 8: – Encarte 2 – Análise da Região da Estação Ecológica. Versão Final: trata-se de produto acabado, o qual incluirá todas as recomendações acertadas entre o ICMBio e a Contratada, não deixando pendência alguma, inclusive de mapas e demais ilustrações. O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio.

A denominação do produto será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Encarte 2 – Análise da sua Região (Entorno). Versão Final.

O oitavo pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 8: Encarte 2 – Versão Final.

8.9. Nono Pagamento

Produto 9: Encarte 3 – Análise da Estação Ecológica. Primeira Versão: trata-se do relatório com o diagnóstico da UC com todos os conteúdos indicados no RM, com as especificidades indicadas no presente TdR. O produto 9 abrange dados e informações levantados na literatura existente e no campo para este Encarte, o qual incluirá, no que couber, parte dos produtos dos componentes de geoprocessamento, cartografia e SIG produzidos pela Contratada, que aportará ao relatório todas as formas de ilustrações específicas do Encarte, como mapas, figuras, tabelas, quadros, gráficos, fotografias e croquis, entre outros. O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio, sem pendências.

A versão não indica produto inacabado, sendo que o relatório, portanto, tem que ser completo, revisado, bem editado e sem pendências, antes da sua entrega ao ICMBio. Ainda, o relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico).

A denominação do relatório será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Encarte 3 – Análise da Estação Ecológica. Primeira Versão.

O nono pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 9: Encartes 3 – Primeira Versão.

8.10. Décimo Pagamento

Produto 10: Encarte 3 – Análise da Estação Ecológica. Versão Final: trata-se de produto acabado, o qual incluirá todas as recomendações acertadas entre o ICMBio e a Contratada, não deixando pendência alguma, inclusive de mapas e demais ilustrações. O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio.

A denominação será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Encarte 3 – Análise da Estação Ecológica. Versão Final.

O décimo pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega aprovação do Produto 10: Encarte 3 – Versão Final.

8.11. Décimo-primeiro Pagamento

Produto 11: Encarte 4 – Planejamento da UC. Primeira Versão: refere-se ao relatório do prognóstico para a EEMJ, ou seja, o seu planejamento. Conterá todas as ações e normas para a UC, concebidas com base no diagnóstico elaborado. Como é próprio do planejamento, incluirá o zoneamento da UC e a proposta para a sua ZA. Conterá todos os mapas e outras ilustrações necessárias ao seu entendimento, como mapa do zoneamento, das áreas estratégicas e similares, bem como quadros, gráficos, fotografias e outras ilustrações pertinentes. O relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio, sem pendências.

A denominação do relatório será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Encarte 4 – Planejamento da Estação Ecológica. Primeira Versão.

A versão não indica produto inacabado, sendo que o relatório, portanto, tem que ser completo, revisado, bem editado e sem pendências, antes da sua entrega ao ICMBio. Ainda, o relatório terá que estar revisado quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico).

O décimo-primeiro pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega e aprovação do Produto 11: Encarte 4 – Primeira Versão.

8.12. Décimo-segundo Pagamento

Produto 12: Encarte 4 – Planejamento da UC. Versão Final e Versão Resumida do PM: trata-se de dois produtos finalizados: o Encarte 4 e a Versão Resumida do PM. São produtos finalizados, os quais incluirão todas as recomendações acertadas entre o ICMBio e a Contratada, não deixando pendência alguma, inclusive de mapas e demais ilustrações. Os produtos terão que estar revisados quanto ao português e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), antes da emissão e da sua entrega ao ICMBio.

As denominações dos dois produtos serão: i) Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Encarte 4 – Planejamento da Estação Ecológica. Versão Final e ii) Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipióca. Versão Resumida.

O décimo-segundo pagamento dos trabalhos do presente TdR será contra-entrega aprovação do Produto 12: Encarte 4 – Versão Final e PM – Versão Resumida.

Por último, a entrega do Produto 12 deverá ser acompanhada de todos os materiais que sejam devidos ao ICMBio e que ainda estejam de posse e uso da Contratada, bem como a solução de toda pendência que ainda perdure. Somente após tudo resolvido, configurando o atendimento do Produto 12, é que o ICMBio aprovará o pagamento desta parcela.

Inclui-se a entrega, ao término dos trabalhos, de todos os produtos trabalhados no escopo da contratação, a bibliografia levantada, bem como de todos os outros materiais gerados durante a realização dos trabalhos e mesmo tudo que tenha sido emprestado pelo ICMBio, para uso durante os trabalhos.

9. PRODUTOS NÃO SUJEITOS A PAGAMENTO

O PM ainda contará com alguns poucos produtos não sujeitos a pagamento, sendo o primeiro deles o plano de trabalho. De formato livre, ele terá que ser entregue antes da saída para o reconhecimento de campo e os levantamentos de campo. Preferencialmente, o plano de trabalho deve preceder e ser entregue ao ICMBio antes do levantamento bibliográfico.

O plano de trabalho constitui um plano que engloba os planos de trabalho específicos de cada área temática. Indicará as especificidades dos trabalhos para a UC, bem como consolidará metodologias, métodos, técnicas, etapas dos trabalhos, entre outras particularidades de cada área temática, incluindo cronograma detalhado dos trabalhos e os responsáveis em cada caso.

A denominação deste produto será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Plano de Trabalho. O plano de trabalho não será remunerado e será em versão única, pela sua simplicidade.

Outro produto que poderá ser ou não necessário é o relatório de consulta feita aos funcionários. Trata-se de uma consulta interna, simples, mas onde deverão ser registradas as opiniões, perspectivas e proposições da equipe, inclusive com mapa situacional, proposta de zoneamento e proposta de ZA, se possível. A consulta terá metodologia relatório com modelos indicados pelo ICMBio. Como a equipe da EEMJ está muito pequena, é possível que isso não seja necessário, e a sua chefia participará tempo integral da elaboração do PM, junto com a equipe da COMAN. A sua denominação será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Relatório de Consulta aos Funcionários. O modelo do relatório será fornecido pelo ICMBio, em tempo, e não será remunerado.

Mais um produto não sujeito a pagamento será o relatório da monitoria e da avaliação dos instrumentos de planejamento da EEMJ, uma das etapas do encarte de planejamento (Encarte 4). Ele será feito e composto à parte e eliminará a necessidade de constar como anexo do PM. Seu título será: Plano de Manejo para a Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca. Relatório de Monitoria e Avaliação dos Instrumentos de Planejamento, de 198x a 2013. O modelo do relatório será fornecido pelo ICMBio, em tempo, e não será remunerado.

Um terceiro e último produto sem remuneração poderá ser o Levantamento Bibliográfico Versão Fina e Atualizada, a qual poderá ser solicitada pelo ICMBio, de acordo com as informações e os dados novos que se observar à medida do avanço dos trabalhos e a critério do ICMBio e não será remunerado.

10. DURAÇÃO TOTAL DOS TRABALHOS

A execução dos trabalhos está prevista para um prazo de, no máximo, dois anos, incluída aí uma reserva de tempo para imprevistos.

11. FORMA DE PAGAMENTO

Os trabalhos elaborados gerarão produtos intermediários e finais. A remuneração será feita a partir do recebimento, da análise e da aprovação dos produtos acima indicados, no item 8 e resumidos abaixo. As atividades de apreciação, emissão de parecer por escrito e a aprovação serão responsabilidade da Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio (COMAN), ou seja, responsáveis pela realização dos trabalhos.

Cada pagamento somente será feito a partir da entrega, da análise, da aprovação e da liberação de pagamento feita por escrito pelo ICMBio. Assim, os pagamentos serão feitos apenas para os produtos indicados abaixo e nos respectivos percentuais indicados e somente com a aprovação de cada um deles. A simples entrega de produto não configura a obrigação do seu pagamento.

Produtos a serem entregues como contrapartida para liberação de pagamentos parcelados:

PRODUTOS	PERÍODO DE ENTREGA (após a assinatura do contrato)	TOTAL DE DESEMBOLSO
Produto 1 – Levantamento Bibliográfico	2 meses	05% do valor total
Produto 2 – Relatórios Temáticos	08 meses	10% do valor total
Produto 3 – Encarte 1	10 meses	05% do valor total
Produto 4 – Relatório das Reuniões Abertas (RA), Relatório do Seminário com Pesquisadores (SP) e Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP)	12 meses	05% do valor total
Produto 5 – Relatório dos Aspectos da Visitação – Primeira Versão	13 meses	05% do valor total
Produto 6 – Encarte 2 – Primeira Versão	14 meses	05% do valor total

Produto 7 – Relatório dos Aspectos da Visitação – Versão Final	16 meses	10% do valor total
Produto 8 – Encarte 2 – Versão Final	16 meses	05% do valor total
Produto 9 – Encarte 3 – Primeira Versão	18 meses	05% do valor total
Produto 10 – Encarte 3 – Versão Final	18 meses	10% do valor total
Produto 11 – Encarte 4 – Primeira Versão	20 meses	10% do valor total
Produto 12 – Encarte 4 – Versão Final e Versão Resumida do Plano de Manejo	24 meses	25% do valor total
TOTAL		100%

Estão incluídas no custo total da contratação as seguintes despesas:

- A remuneração da Contratada, incluindo todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.
- Custos para levantamentos de campo específicos para coordenação; assistente da coordenação; geomorfologia marinho-costeira; socioeconomia e aspectos da visitação.
- Despesas com as três consultas populares (externas), incluindo o deslocamento, hospedagem, alimentação e lanches (manhã e tarde), bem como o pagamento do moderador profissional para a OPP.
- Recursos para alimentação e alojamento (equivalente a diárias) para todas as viagens e os períodos dos levantamentos de campo da equipe contratada.
- Passagens aéreas para todas as viagens, da origem até Macapá e retorno de Macapá à origem, para o período dos levantamentos de campo para toda a equipe contratada.
- Despesas com cópias, impressão e encadernação dos produtos a serem entregues, inclusive as cópias de mapas, bem como custos com comunicação.
- Cópias e encadernações: preto e branco e coloridas de todos os mapas e outras ilustrações para uso nos trabalhos de campo e nos documentos produzidos.
- Material de escritório necessários aos trabalhos.

Os veículos 4X4 ou não e embarcações serão disponibilizados pelo ICMBio para: i) os percursos entre o aeroporto de Macapá e a UC e da UC para o aeroporto de Macapá; ii) durante todos os levantamentos de campo, na UC e no seu entorno; iii) as três consultas populares; iv) as reuniões técnicas.

O ICMBio assumirá todos os custos de combustíveis, lubrificantes, reparos, peças de reposição e outros itens de manutenção dos veículos durante os trabalhos.

Todas as despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação e comunicações dos funcionários do ICMBio correrão por conta desta Instituição.

12. NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E FORMATAÇÃO

Todos os produtos, em todas as versões (intermediários; parciais; preliminares ou finais) terão que ser apresentados completos e com o nível de detalhe e linguagem adequada para sua perfeita compreensão e entregues nos prazos especificados acima, não devendo ultrapassar o estabelecido no presente TdR. Os produtos terão que atender ao disposto abaixo e ao que consta no Anexo I – Normas de Apresentação e de Formatação dos Produtos (Iniciais, Intermediários, Parciais e Finais). As mesmas orientações se aplicam aos anexos do PM.

Os produtos intermediários e finais deverão ser entregues em língua portuguesa, totalmente revisados e obedecendo ao novo acordo ortográfico, em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel formato A4 (impressos frente e verso) para os textos e em meio digital (CD ou *pen drive*), formatadas e gravadas em editor de texto *Word for Windows* e em arquivo PDF. O número de cópias é: oito vias originais impressas e oito exemplares originais em meio digital.

As versões parciais, preliminares e intermediárias dos produtos serão entregues em apenas quatro vias. Havendo necessidade jurídica de outras cópias, o ICMBio informará a Contratada em

tempo. Não havendo necessidade, este número também poderá ser diminuído informalmente em comunicação por *e-mail* do ICMBio à Contratada.

Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital e apresentadas em formato para ARCVIEW (formato *shape-file* para dados vetoriais e TIFF para imagens). Os arquivos de impressão devem ser entregues no formato Word (para textos) e PDF e MXD para ilustrações. Todos os mapas serão impressos em papel tamanho A3 de papel, independentemente da sua escala, tanto nos volumes encadernados quanto as cópias extras para arquivo. Em função do tamanho da EEMJ, sua representação em mapas será na escala mínima de 1:100.000, mas deve ser maior, de acordo com o imageamento disponível e a ser decidido junto com o ICMBio. As impressões serão em papel tamanho A3. Se a escala for maior, as impressões serão divididas em duas ou três porções (por exemplo, uma norte, uma central e uma sul) para melhor visualização dos conteúdos.

O material cartográfico também terá que ser entregue em oito vias originais - papel e digital -, na escala e formatos da ABNT mais apropriados para apresentar as informações, com as exceções solicitadas no presente TdR, discutidos e aprovados junto à Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio. Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital e apresentadas em formato para ARCVIEW (formato *shape-file* para dados vetoriais e TIFF para imagens). Ainda, os arquivos de impressão também devem ser entregues nos formatos Word e PDF.

Na dependência da qualidade dos textos, especialmente no que se refere à ortografia e à gramática vigente, o ICMBio pode, a qualquer momento, exigir da Contratada a revisão dos textos por especialista que tenha comprovação de sua atuação e com ônus para a Contratada.

Deverão ser obedecidas as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que couber, com as exceções indicadas no presente TdR, especialmente quanto aos mapas, desenhos e gráficos nos quais poderão ser utilizados outros formatos, bem como a forma das citações e referências bibliográficas, que sofrerão as modificações indicadas a seguir.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação têm que estar claramente colocados nas capas (externas e internas) das cópias em papel e nos meios eletrônicos. Portanto, é obrigatório citar claramente os nomes das pessoas que são as autoras dos documentos, não se aceitando o nome das instituições no seu lugar e nem de responsáveis administrativos. As instituições serão colocadas no item de créditos institucionais.

Deverão ser fornecidas informações detalhadas, em papel e em meio digital, de todos os dados: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite etc.), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (*datum*, meridiano central e zona).

13. GEOPROCESSAMENTO, CARTOGRAFIA E SIG

Constitui obrigação da contratada organizar um banco de dados em ambiente de SIG, bem como aprimorar a base cartográfica a ser fornecida à Contratada. A escala da base cartográfica será de, no mínimo, 1:100.000. Havendo possibilidades, a escala deverá ser maior, o que será tratado com o ICMBio, em tempo. Os limites da UC, para efeitos da elaboração do PM e a serem considerados serão fornecidos pelo ICMBio.

As informações existentes serão processadas de forma a obter os produtos indicados a seguir, a serem produzidos pela Contratada nos trabalhos de elaboração do PM. A base cartográfica, conterá, no mínimo:

- O limite da EEMJ; sua área circundante (raios de 3 e 2km entorno, conforme Resolução CONAMA Nº 428/2010); serviços públicos; sistema viário (rodovias federais, estaduais e municipais; trilhas e caminhos relevantes no terreno); hidrografia (sistemas lóticos e

lênticos, naturais e artificiais); relevo; curvas de nível e pontos cotados, edificações; limites municipais/sedes; áreas urbanas; distritos; povoados; localidades; comunidades mais relevantes; limites das UC estaduais e municipais inseridas na área de estudo e outras áreas naturais protegidas (públicas e privadas); fragmentos de vegetação natural, entre outros temas similares.

- As unidades geomorfológicas, obtidas com base na análise do Modelo Digital do Terreno (MDT), elaborado a partir do processamento das curvas de nível, pontos cotados e hidrografia.
- Tabela de atributos dos temas citados editada, complementando as informações faltantes, incluindo os dados e informações obtidas no reconhecimento e nos levantamentos de campo, de modo a atualizar e a aprimorar a base cartográfica.

Os mapas a serem usados no campo – produzidos pela Contratada - serão impressos pela Contratada em tamanho A0 e em tamanho A3, com indicado abaixo. Já os mapas dos relatórios e demais produtos impressos (Primeira Versão e Versão Final) deverão ser impressos em tamanho A3, com a exceção especificada abaixo. A Contratada providenciará cópias da base cartográfica para cada um dos participantes da equipe do PM (contratados, ICMBio e parceiros), para uso nos levantamentos de campo, para uso nos produtos (iniciais, intermediários e finais) e aqueles necessários aos trabalhos dos eventos de consulta externa (RA, SP e OPP).

A contratada procederá à interpretação e à classificação não-supervisionada de imagens de satélite e outras disponíveis gratuitamente na internet, com vistas à identificação e à delimitação preliminar das diferentes fitofisionomias presentes na UC e no seu entorno (área de estudo). A categorização das fitofisionomias delimitadas se baseará no sistema de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Serão identificadas e delimitadas as unidades de paisagem (UP) a partir da integração (processamento) entre as unidades geomorfológicas obtidas e as fitofisionomias delimitadas. As UP assim obtidas constituirão unidades homogêneas da paisagem do ponto de vista dos aspectos físicos (topografia, hidrografia e pedologia) e bióticos (vegetação), configurando as potenciais comunidades naturais que compõem as UC. A identificação e a delimitação destas UP permitirão o mapeamento da localização, formato e extensão de cada peça do mosaico de comunidades naturais que compõem a UC e que deverão ser objetos de análises específicas quando dos trabalhos de planejamento e manejo.

A Contratada produzirá e disponibilizará, no mínimo, os mapas listados abaixo. Tais mapas serão disponibilizados em arquivos digitais no formato *shape file*, MXD e PDF, os quais serão impressos pela Contratada para constar de cada exemplar impresso dos relatórios e de cada encarte do PM, no que couber, bem como mais três impressões extras fora dos textos encadernados, na escala e tamanhos abaixo indicados e em todas as mídias eletrônicas:

- a) Base cartográfica, na escala mínima de 1:100.000 e nos tamanhos A0 e A3.
- b) Mapa de acesso à UC, na escala mínima de 1:100.000, no tamanho A4.
- c) Mapa de geomorfologia marinho-costeira, na escala na escala mínima de que estiver disponível e no tamanho A3.
- d) Mapa de solos, na escala que estiver disponível e no tamanho A3.
- e) Mapa de hidrografia (rede e sistema de drenagens), com localização e hierarquização dos sistemas lênticos e lóticos, na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- f) Mapa de uso atual da terra, na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- g) Mapa de vegetação, a partir da interpretação do imageamento existente no ICMBio e outros de acesso livre, na escala na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- h) Mapa da Região da UC, mostrando sua ZA e a suas áreas circundante – 2 e 3km de raio (Resolução CONAMA Nº 428/2010), na escala na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- i) Mapa da ZA da UC, mostrando a sua Região e as suas áreas circundantes, na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- j) Mapa do zoneamento da UC, bem como as suas áreas estratégicas internas e externas, na escala mínima de 1:100.000 e nos tamanhos A0 e A3.

- k) Mapa das principais atividades propostas para a UC, mostrando a sua Região, sua ZA e seu zoneamento, na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- l) Mapa de histórico de queimadas e áreas mais suscetíveis, na escala na escala mínima de 1:100.000 e no tamanho A3.
- m) Mapa da situação fundiária, na escala na escala mínima de 1:100.000 e nos tamanhos A0 e A3.

Se forem encontrados materiais que permitam uma escala maior, os mapas dos itens “f”; “g”; “h”; “i”; “j”; “k”; “l” e “m” serão retratados em dois ou três segmentos (por exemplo, área leste, área central e área oeste da UC) nos tamanhos A3, de modo a facilitar a leitura e a interpretação das informações contidas nos mapas e outras ilustrações.

Na hipótese de não haver material suficiente no ICMBio e nem em fontes de acesso livre, a Contratada dará continuidade aos trabalhos, sem interrupção e fica liberada para concluir o PM sem eles, usando as ilustrações que achar conveniente, em acordo com o ICMBio. Para tanto, o impedimento e o uso de outro material, entre outros problemas decorrentes, serão comunicados por escrito entre as partes – ICMBio e Contratada.

14. INSUMOS

Os levantamentos e outros trabalhos de campo serão agendados previamente com a equipe do ICMBio (COMAN e EEMJ). O acesso a toda a documentação existente na DIMAN e na UC, que possa auxiliar o trabalho dos profissionais responsáveis pelo objeto contratado, será facilitado mediante prévia solicitação. Por ocasião dos trabalhos de campo, poderão ser utilizadas as instalações da EEMJ, veículos e outros equipamentos necessários, desde que previamente agendados com a Chefia da UC.

O ICMBio disponibilizará veículos 4X4 para os deslocamentos terrestres, no trecho do aeroporto de Macapá/UC/aeroporto, entre o aeroporto e a UC, bem como nos deslocamentos no campo, durante toda a realização dos trabalhos. Ainda, assumirá todos os gastos com combustíveis e lubrificantes, peças de reposição e reparos que se fizerem necessários nos veículos.

O ICMBio compromete-se a disponibilizar os dados disponíveis – em meio digital – para a confecção da base cartográfica da UC e seu entorno na escala 1:100.000, outros dados cartográficos, bem como de outros mapas da UC, na escala disponível, assim como imagens de satélite e fotografias aéreas antigas que disponha em seu acervo, para a realização dos trabalhos. Entretanto, isso não anula a necessidade da Contratada buscar material para este fim, especialmente aqueles de acesso livre, já que não serão disponibilizado recursos para a aquisição de imagens de satélite.

14.1. Custos do ICMBio

O ICMBio será o responsável por todas as despesas de seus funcionários que participarão dos trabalhos, bem como de possíveis parceiros que agregar a ele, exceto em casos que tenha aqui especificado.

15. COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DO ICMBio

O acompanhamento e a supervisão – Coordenação – dos trabalhos estarão a cargo da aqui denominada Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio, formada por um analista ambiental da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo (COMAN), da DIMAN, bem como pela Chefia da UC, podendo agregar outros funcionários aos trabalhos.

A Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio será a responsável pelo acompanhamento de todas as etapas dos trabalhos, bem como pela análise e pela aprovação de todos os produtos (iniciais, intermediários e finais). Eventualmente, o ICMBio poderá indicar outros profissionais que, a seu critério, acompanharão o desenvolvimento dos serviços, de modo a assegurar que sejam concluídos satisfatoriamente. Para isso, a Contratada será oportunamente comunicada pelo ICMBio, em cada caso.

A aprovação técnica de todos os produtos – iniciais, intermediários e finais – será da responsabilidade da Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio mencionada acima, que informará a pertinência do pagamento das parcelas, por meio de parecer técnico após a aprovação e a aceitação dos produtos, enviando-o à área competente da DIMAN para pagamento das parcelas devidas. Objetivando acelerar o andamento dos trabalhos, a Equipe de Coordenação e Supervisão poderá trocar os produtos em meio eletrônico com a Contratada, a seu critério, mas isso não elimina a necessidade do seu posicionamento por escrito acerca das aprovações e acerca das demandas para o aprimoramento dos produtos.

A consultoria fica obrigada a fornecer todos os elementos de seu conhecimento e competência que sejam necessários ao processo de acompanhamento e monitoria pelo ICMBio.

ANEXO I

NORMAS DE APRESENTAÇÃO E DE FORMATAÇÃO DOS PRODUTOS (INICIAIS, INTERMEDIÁRIOS, PARCIAIS E FINAIS)

Todos os textos de todos os relatórios contratados ou não e dos capítulos (encartes) do plano de manejo (PM), inclusive dos anexos, em todas as versões, têm que seguir a formatação e as recomendações indicadas abaixo.

FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos (preliminares; intermediários; parciais e finais) deverão ser apresentados com o nível de detalhe e linguagem adequada para sua perfeita compreensão e entregues nos prazos especificados acima, não devendo ultrapassar o estabelecido no presente documento.

Os produtos preliminares, intermediários e parciais deverão ser entregues em língua portuguesa, totalmente revisados e de acordo com a gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), em quatro vias (este número pode diminuir, a critério do ICMBio) originais impressas em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel formato A4 - impressos frente e verso - para os textos e em meio digital (CD; DVD; *pen drive*; *blu-ray* ou similar) formatada e gravada em editor de texto Microsoft Word® e em arquivo PDF.

O produtos em versão final deverão ser entregues em língua portuguesa, totalmente revisados e de acordo com a gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), em oito vias originais impressas em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel formato A4 - impressos frente e verso - para os textos e em meio digital (CD; DVD; *pen drive*; *blu-ray* ou similar) formatada e gravada em editor de texto Microsoft Word® e em arquivo PDF.

Na dependência da qualidade dos textos, especialmente no que se refere à ortografia e à gramática vigente (incluindo o novo acordo ortográfico), o ICMBio pode, a qualquer momento, exigir da Contratada a revisão dos textos por especialista que tenha comprovação de sua atuação e com ônus para a Contratada.

Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital e apresentadas em formato para *ARCVIEW* (formato *shape-file* para dados vetoriais e TIFF para imagens). Os arquivos de impressão devem ser entregues no formato Word (para textos) e PDF e MXD para ilustrações. Todos os mapas dos volumes encadernados serão impressos em papel tamanho A3 de papel, independentemente da sua escala.

Deverão ser obedecidas as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que couber, com as exceções aqui indicadas, especialmente quanto aos mapas, desenhos, croquis, quadros, tabelas e gráficos nos quais poderão ser utilizados outros formatos, bem como a forma das citações e referências bibliográficas, que sofrerão as modificações indicadas a seguir.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação têm que estar claramente colocados nas cópias em papel e nos meios eletrônicos. Ou seja, os nomes dos autores têm que aparecer claramente e separados dos nomes das instituições contratantes ou não.

A formatação dos documentos, tanto na primeira versão (preliminares; intermediários; parciais e finais), deverá ser sem recurso automático, ou seja, a itemização e a formatação serão feitas manualmente, observando as seguintes recomendações:

- programa: Word;
- fonte: ARIAL;
- título principal: ARIAL 11, caixa alta, negrito;
- subtítulos: ARIAL 11, caixa alta e baixa (iniciais maiúsculas) e em negrito;

- texto: ARIAL 11, justificado;
- páginas numeradas (inclusive páginas que correspondam a mapas, fotografias e todas outras formas de ilustração e todos os anexos);
- paginação especial (i; ii; iii; viii; ix etc.) nas páginas de capa internas; créditos institucionais e autorias; lista de siglas; sumário e apresentação;
- paginação comum (1; 2; 6; 10; 17; 22 etc.) a partir da introdução e/ou itens iniciais do documento, incluindo anexos e outros itens possíveis do seu fechamento;
- espaçamento simples entre linhas e um espaço simples entre parágrafos;
- sem espaços em branco no final das páginas: editar adequadamente o final de cada página, para não deixar nenhum espaço em branco entre elas. Havendo ilustrações na sequência, preencher o espaço em branco com o texto seguinte;
- numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto e subdivididos somente até quatro vezes, seguidos de parênteses como, por exemplo (ex.): 1), 1.1), 15.7) etc.;
- numeração com, no máximo, cinco subdivisões, usando, nas subdivisões subsequentes letras maiúsculas (ex.: A); B); C) etc.), letras minúsculas (ex.: a); b); c) etc.) e numeração especial seguida de parênteses (i); ii); iii); iv) etc.);
- tamanho A 4 do papel para texto e ilustrações em tamanho A 3, incluindo aí todos os mapas. Caso haja alguma exceção, elas serão indicadas nos documentos integrantes do contrato;
- impressão frente e verso do papel;
- margens da página: margens superior e inferior com 2cm; margens esquerda e direita com 2cm; cabeçalho e rodapé com 1,6cm;
- parágrafo sem recuo, começando todas as linhas no início da margem esquerda.

Também deverão ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos – em todas as versões (preliminares; intermediários; parciais e finais):

- todos os textos deverão ser escritos em linguagem impessoal. Portanto, não usar linguagem nem na primeira pessoa do singular e nem na primeira pessoa do plural;
- a capa externa do PM segue padrão adotado pela COMAN/ICMBio, que fornecerá arquivo com modelo oficial;
- capas externa e interna com local e data de publicação, bem como autoria claramente expressas, sem mesclar instituições e autores (pessoa física), com modelo a ser fornecido pelo ICMBio;
- página no verso da capa interna com créditos institucionais;
- página de autorias – claramente expressas, na página depois dos créditos institucionais (se a lista de autores for grande, colocar frente e verso de páginas de créditos autorais);
- página com lista de siglas vem antes da(s) página(s) com sumário, mas pode vir no final do documento – última página;
- página com sumário (que não é índice); se pequena a lista de anexos, ela pode estar inserida no sumário
- todas as ilustrações (mapas, tabelas, quadros, fotografias, croquis e outras) terão que estar enumeradas (com números simples) na sequência em que são citadas no texto, apresentar legenda e títulos completos e autoexplicativos. As siglas e abreviações usadas no título ou no interior das ilustrações têm que ser explicadas na ilustração e não pode depender do leitor buscar a informação no texto;
- a numeração e o título todas as ilustrações (inclusive de anexos) serão na sua parte superior e não na parte inferior (final), e serão sem recuo, sem negrito e sem grifo; na parte inferior (final), em fonte Arial 09, constarão explicações de siglas, abreviações, convenção de sinais e outras informações similares;
- as siglas, na primeira vez que aparecerem, serão precedidas do seu significado por extenso e dentro de parênteses. Ex.: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A partir da sua explicação, adotar somente a sigla e todas elas – sem exceção - deverão constar da lista de siglas (depois do sumário);

- as siglas não serão usadas no plural em nenhuma forma e todas terão que estar com letras maiúsculas, respeitadas exceções como o caso do ICMBio;
- siglas e abreviações não serão usadas nos títulos de documentos, nem de itens e nem de subitens;
- as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico, exceto palavras da nomenclatura científica de espécies da fauna e da flora no que se aplica;
- nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, , como por exemplo: veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus*; pequi *Cariocar brasiliense*. Os nomes científicos podem estar ou não em parênteses, o que terá que ser uniformizado em todos os relatórios, produtos e no plano de manejo final. Nos nomes científicos, caso se disponha apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas, seguidas de ponto, conforme convenção nacional e internacional (ex.: *Virola* sp.; *Mimosa* spp.);
- todos os nomes populares compostos deverão sempre ter hífen e sem maiúsculas no meio. Ex.: cachorro-do-mato-vinagre; pinheiro-do-paraná; castanha-do-brasil. Os nomes populares estarão sempre em minúsculas;
- a citação bibliográfica nos textos não seguirá as normas da ABNT, devendo ser citados pelo(s) autor(es), somente com iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data; a citação com mais de um autor usa ponto-e-vírgula entre eles (ex.: Cunha & Pereira, 2008 ou Cunha et al., 2008; IBAMA, 2005; MMA/IBAMA/ICMBio, 2009; Silva et al., 2003; Pereira; Cunha & Silva, 2010);
- as referências bibliográficas (listagem da bibliografia citada nos textos) devem vir depois dos anexos, para conter as possíveis citações que eles possam conter; elas serão listadas sem recuo e podem ter numeração de ordem;
- nas referências bibliográficas, com indicado no nome, só constará o que foi citado no texto e, diferentemente das normas da ABNT, a data da publicação vem depois do(s) autor(es) e não no final e somente com iniciais maiúsculas (ex.: Cunha, M. P.; Pereira, F. S. 2008 ou Cunha, M. P. *et al.* 2008). Os demais dados aparecerão na ordem indicada pelas normas da ABNT, inclusive com o uso do & entre dois autores e entre o penúltimo e o último (ex.: Cunha, M. P. & Silva, J. M. 1985. ou Ferroli, S.; Oliveira, Â.; Cunha, M. P. & Bernardi, J. N. 1832.).

Todos os produtos escritos e o material cartográfico deverão ser entregues em oito vias originais, na versão final e quatro nas intermediárias, na escala e formatos da ABNT mais apropriados para apresentar as informações, discutidos e aprovados junto à Equipe de Coordenação e Supervisão do ICMBio. Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital e apresentadas em formato para *ARCVIEW* (formato *shape-file* para dados vetoriais e TIFF para imagens). Os arquivos de impressão também devem ser entregues no formato PDF.

Deverão ser fornecidas informações detalhadas, em papel e em meio digital, de todos os dados: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite etc.), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (*datum*, meridiano central e zona).

Arquivo: TdR PM EE Maracá-Jipiíoca+jan_2014

Visto e aprovado em / /2014: